

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – SAC-PR.

Ref.: Concorrência nº 01/2012 – Consultoria para a realização de diagnósticos e análise prospectiva para a formação e capacitação de mão-de-obra para o setor aéreo civil, o acompanhamento da implementação de medidas de aplicação imediata, decorrentes de ações oportunas, que gerem resultados positivos e de impacto para o setor aéreo civil (ganhos rápidos) e a proposição de subsídios para a formulação, pela Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, de um programa nacional permanente de formação e capacitação de recursos humanos para a aviação civil brasileira.

CONSÓRCIO SAC-PR, formado pelas empresas Deloitte Brasil, Deloitte Espanha e Fundação Atech, sob a liderança da primeira e com sede na Rua José Guerra, 626, térreo, Chácara Santo Antonio, na Capital do Estado de São Paulo, neste ato representado por sua Procuradora que esta subscreve, vem, respeitosa e tempestivamente à presença de V. Sas., com fulcro no artigo 109 da Lei nº 8.666/93, bem como no item 22 do Edital, apresentar as presentes

CONTRARRAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO

interposto pela Licitante Ernst & Young Terco Assessoria Empresarial Ltda., pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos, requerendo a essa r. Comissão Especial de Licitação sejam as presentes Contrarrazões de Recurso recebidas e processadas regularmente.

Termos em que,
pede deferimento.

São Paulo, 15 de janeiro de 2013.

CONSÓRCIO SAC-PR

Alessandra Bigotte Donato - Procuradora

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – SAC-PR.

Recorrente: Ernst & Young Terco Assessoria Empresarial Ltda.

Recorrido: Consórcio SAC-PR

DAS RAZÕES QUE ENSEJAM O PRESENTE RECURSO ADMINISTRATIVO

1 – DA TEMPESTIVIDADE

O Consórcio SAC-PR foi notificado da interposição de Recurso Administrativo por parte da Recorrente no processo da Concorrência nº 01/2012, o que ocorreu através da publicação no site da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, no dia 14 de janeiro de 2013.

Nestes termos, segundo disciplina o artigo 109, da Lei nº 8.666/93, **o prazo para a apresentação de Contrarrazões faz-se tempestivo**, tendo como termo inicial o dia útil seguinte ao da ciência, dia 15 de janeiro de 2013, e termo final, **o dia 21 de janeiro de 2013**.

2 – DA TOTAL IMPROPRIEDADE DOS ARGUMENTOS TRAZIDOS PELA RECORRENTE CONTRA O CONSÓRCIO SAC-PR

Inconformada diante de sua inabilitação e com o firme propósito de macular a seriedade da documentação apresentada pelo Consórcio SAC-PR e da análise procedida por essa r. Comissão Especial de Licitação, a Recorrente trouxe em sua peça recursal diversos argumentos, jurisprudência e legislação que, conforme será demonstrado a seguir, não se aplicam de forma alguma ao caso do Recorrente.

Isto porque, sendo a empresa Ernst & Young uma empresa de consultoria que atua no mesmo mercado das empresas que compõem o Consórcio SAC-PR, ela tem pleno conhecimento de que o decreto de autorização de funcionamento de empresa estrangeira no país não é elemento limitador para a participação de empresas estrangeiras em licitações no Brasil, exatamente porque é pacífico o entendimento de que o decreto somente é exigível para aquelas empresas que aqui pretendam exercer atividades empresariais cotidianas ou participar de projetos cujo objeto requeira de forma expressa essa necessidade.

Neste sentido, como já salientado oportunamente no Recurso Administrativo apresentado pelo Consórcio SAC-PR, tanto o subitem 5.2.1.4 do Edital, como o artigo 28, inciso V da Lei nº 8.666/93 e o artigo 1.134 do Código Civil, utilizados pela Recorrente para sustentar seus argumentos, obrigam apenas e tão somente as empresas que pretendam ou devam funcionar no país, seja em razão do objeto do contrato ou pelo desejo de se estabelecerem no país.

Apenas para que fique clara essa afirmação e com vistas a evitar a reprise dos argumentos já apresentados em sede do recurso oportunamente protocolado, vejamos, com destaque, a letra dos dispositivos supramencionados, o que afasta por completo a interpretação tendenciosa da Recorrente:

“5.2.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

(...)

*5.2.1.4 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, **quando a atividade assim o exigir.**” (grifo nosso)*

“Art. 28. A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá em:

(...)

*V - decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, **quando a atividade assim o exigir.**” (grifo nosso)*

*“Art. 1.134. A sociedade estrangeira, qualquer que seja o seu objeto, não pode, sem autorização do Poder Executivo, **funcionar no País,** ainda que por estabelecimentos subordinados, podendo, todavia, ressalvados os casos expressos em lei, ser acionista de sociedade anônima brasileira.” (grifo nosso)*

Como visto, os três dispositivos são inquestionáveis ao determinar que a necessidade de autorização do Poder Executivo, concretizada pelo Decreto de Autorização, está apenas vinculada ao preenchimento de duas condições, quais sejam: a intenção de funcionar no país de forma cotidiana e a exigência expressa da natureza do objeto contratual. Logo, se a empresa estrangeira não se enquadrar em nenhuma dessas condições, claro é que para ela, não há a possibilidade de aplicabilidade de tais dispositivos.

Assim, tendo em vista que a atividade objeto da Concorrência nº 01/2012 não exige de forma expressa o funcionamento da empresa estrangeira no Brasil e que a empresa Deloitte Espanha não tem a pretensão de se estabelecer no país para a execução de serviços cotidianos, mas sim possui o objetivo definido de executar a parte que lhe cabe no objeto do presente Edital, de forma estanque (com prazo de início e fim) e sob a representação da Deloitte Brasil, revela-se totalmente descabida a alegação da Recorrente de que a mesma tenha descumprido uma exigência a qual inquestionavelmente não estava adstrita.

Dando sequência a sua argumentação, a Recorrente trouxe à tona a doutrina do mestre Marçal Justen Filho, manipulando os ensinamentos de forma a tentar reforçar seu ponto de vista equivocado.

Ora, uma vez que os dispositivos utilizados pela empresa Ernst & Young para atacar a documentação do Consórcio SAC-PR não são a ele aplicáveis, fica claro perceber que a menção da Recorrente aos comentários do doutrinador sobre esses dispositivos também não merece atenção dessa r. Comissão Especial de Licitação, já que nada acrescentam para a solução da questão ora sob análise.

Não contente, para continuar desorientando essa r. Comissão Especial de Licitação, a Recorrente fez ainda menção a um julgado do E. Superior Tribunal de Justiça, cuja leitura do inteiro teor do acórdão revela a total inadequação do quanto decidido com a situação da empresa Deloitte Espanha. Senão vejamos.

O Acórdão trazido pela empresa Ernst & Young em sua peça recursal, versa sobre a seguinte questão jurídica:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. LICITAÇÃO. EMPRESA ESTRANGEIRA. EXIGÊNCIA DE AUTENTICAÇÃO EM CONSULADO. INTELIGÊNCIA DO ART. 28, V, DA LEI 8.666/93. AFERIÇÃO DA ISONOMIA ENTRE CONCORRENTES. TRIBUNAL DE ORIGEM DECIDIU A LIDE COM BASE NO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO IMPROVIDO. (...)

Alega o agravante que "a empresa SAFEGE apresentou sua documentação traduzida para o Português sem a chancela do Consulado brasileiro; apresentou, todavia, um convênio entre o Brasil e a França onde se reconhece a regularidade de tais documentos sem a necessidade de chancela do Consulado. (fls. 450 e 451)".

O cerne desta decisão é unicamente a questão de “*exigência de autenticação em consulado*”, ou seja, no bojo do acórdão não é discutido o cabimento ou não da exigência de decreto de autorização para empresas estrangeiras, mas sim, partindo-se do princípio de que para o caso da empresa ali tratada era exigível o decreto de autorização, o mesmo deveria ter sido devidamente consularizado.

Não é demais destacar que a utilização de julgados com palavras ou artigos semelhantes aos procurados, não garante que a decisão possua alguma equivalência com o caso analisado. Assim, usar um julgado que não guarda qualquer relação lógica com a situação ventilada, além de não se configurar como argumento sólido, equivale a sua não apresentação.

Como visto, novamente a empresa Ernst & Young se fez valer de estratégias equivocadas para tentar defender um ponto de vista que certamente ela mesma não acredita. Ora, se seu argumento fosse amparado mesmo pela Lei, doutrina e jurisprudência, a Recorrente naturalmente teria um rol inequívoco e inquestionável de citações para reforçar seu posicionamento. Infelizmente esse não é definitivamente o seu caso!

Em mais uma tentativa sem sucesso, a Recorrente colocou à prova a veracidade das informações prestadas pelo Consórcio SAC-PR acerca dos documentos de habilitação que não são aplicáveis à empresa Deloitte Espanha, em razão das peculiaridades jurídicas desse país. Mais do que isso, a Recorrente colocou à prova a própria avaliação feita por essa r. Comissão Especial de Licitação, insinuando que não foi feita a devida conferência dos documentos apresentados em contraposição entre a legislação espanhola e a brasileira.

A despeito da falta absoluta de coerência das alegações tecidas pela licitante Ernst & Young sobre supostas falhas na documentação de regularidade da empresa Deloitte Espanha, serão demonstrados a seguir os motivos de fato e de direito que afastam por completo a veracidade dos questionamentos levantados pela Recorrente.

Com relação à dúvida levantada pela Recorrente acerca do Balanço Patrimonial apresentado pela Deloitte Espanha, é necessário esclarecer que a legislação societária e contábil da Espanha, especificamente no artigo 125 do Decreto Real 1784/1996, de 19 de Julho, relativo ao Regulamento de Registro do Comércio da Espanha, afirma que o Estatuto de cada Corporação irá definir o fechamento específico do seu ano fiscal, portanto, a legislação espanhola não exige que o encerramento das contas anuais tenha que ser necessariamente em 31 de dezembro de cada ano.

Além disso, o artigo 26 - "Ejercicio Financiero" – *Corporations Act* - prevê que, na ausência de disposição legal específica, o exercício fiscal de qualquer empresa termina em 31 de dezembro de cada ano. Por conseguinte, se o Estatuto Social da Companhia estabelece que o ano fiscal termina em data diferente de 31 de dezembro, esta será a data válida para o encerramento das contas anuais da Companhia. Em resumo, a data de encerramento do ano fiscal da Deloitte Espanha é compatível com a regulamentação espanhola aplicável.

A legislação espanhola fixa um calendário de etapas, tendo em vista a apresentação das contas anuais, que basicamente se resume a:

1. Um prazo para aprovação das contas anuais pela *Junta Ordinaria de Accionistas/Consejo de Administración*;
2. Um prazo para a formulação e aprovação das contas;
3. Um prazo para seu depósito legal no Registro Mercantil da sede da entidade jurídica;
4. Um prazo para que o Registro Mercantil estude e aprove o registro formal das contas. Este prazo pode chegar a ser de até no máximo 3 meses. O Registro Mercantil passado este prazo emite uma Certificação de Registro das contas anuais, portanto, até ser obtida tal certificação e enquanto não forem arquivadas as contas anuais, estas não são válidas contra terceiros e não são legalmente admissíveis em concursos públicos na Espanha.

O fundamento legal de legalização das contas anuais das sociedades mercantis, o mesmo pode ser obtido no Real Decreto Legislativo 1/2010, de 02 de julho de 2010, pelo qual se aprova a Lei de Sociedades de Capital:

Artigo relevante	Data limite frente à data de encerramento do ano fiscal da Deloitte Espanha
<p>Artículo 164 Junta ordinaria <i>1. La junta general ordinaria, previamente convocada al efecto, se reunirá necesariamente dentro de los seis primeros meses de cada ejercicio, para, en su caso, aprobar la gestión social, las cuentas del ejercicio anterior y resolver sobre la aplicación del resultado.</i> O prazo máximo de aprovação das contas é de no máximo seis</p>	<p><u>30 de novembro de 2012</u></p>

<p>meses contados a partir do encerramento do exercício fiscal.</p>	
<p>Artículo 253 Formulación <i>1. Los administradores de la sociedad están obligados a formular, en el plazo máximo de tres meses contados a partir del cierre del ejercicio social, las cuentas anuales, el informe de gestión y la propuesta de aplicación del resultado, así como, en su caso, las cuentas y el informe de gestión consolidados.</i> O prazo máximo para a formulação é de três meses contados a partir do encerramento do exercício fiscal.</p>	<p><u>31 de agosto de 2012</u></p>
<p>Artículo 279 Depósito de las cuentas <i>1. Dentro del mes siguiente a la aprobación de las cuentas anuales, los administradores de la sociedad presentarán, para su depósito en el Registro Mercantil del domicilio social, certificación de los acuerdos de la junta de socios de aprobación de dichas cuentas, debidamente firmadas, y de aplicación del resultado, así como, en su caso, de las cuentas consolidadas, a la que se adjuntará un ejemplar de cada una de ellas.</i> <i>Los administradores presentarán también, si fuera obligatorio, el informe de gestión y el informe del auditor, cuando la sociedad esté obligada a auditoría o ésta se hubiera acordado a petición de la minoría.</i> O prazo para depósito do balanço é de um mês contado da aprovação das contas anuais.</p>	<p><u>30 de dezembro de 2012</u></p>

Em consideração às datas atuais, as contas do exercício fiscal concluído em 31 de maio de 2012 estão sendo analisadas pelo Registro Mercantil e deverão ser aprovadas antes de 31 de março de 2013.

Assim, quanto à alegação de ter a Deloitte Espanha apresentado as contas do exercício social findo em 31/05/2011, ao invés das contas do exercício findo em 31/05/2012, é de se ressaltar que o Edital exige o envio do "*Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do Último Exercício Social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem uma boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou Balanços provisórios*".

Para a data de apresentação da proposta original (23/11/2012), as contas do exercício findo em 31/05/2012 ainda estavam em processo de preparação. Como visto, a submissão dessas contas de acordo com a lei, conforme solicitado pelo Edital, para o Registro Mercantil de Madrid ocorreu em 21/12/2012 (dados fornecidos pelo documento "Balanço 2012 patrimonial" em anexo).

Assim, era materialmente impossível a apresentação das contas referentes ao exercício findo em 31/05/2012, na data da abertura da Concorrência nº 01/2012, uma vez que o Balanço referente a este exercício ainda não era exigível. Nestes termos, não resta dúvida de que a empresa Deloitte Espanha cumpriu o requisito do subitem 5.2.3.1 do Edital, ou seja, apresentou o Balanço e Demonstrações

contábeis referentes ao último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, qual seja, o Balanço referente ao exercício de 2011.

Superado este ponto, a Recorrente continua sua série de falsas alegações tentando a qualquer custo criar falhas na documentação apresentada pelo Consórcio SAC-PR, para que o mesmo compartilhe da sua situação de desatendimento flagrante ao Edital.

Entretanto, assim como os demais argumentos trazidos pela empresa Ernst & Young, não merecem prosperar a afirmação de que *“a empresa Deloitte Advisory SL (...) assinalou como não aplicáveis certos documentos de regularidade fiscal que possuem o equivalente na Espanha, sendo, inclusiva, exigidos pela legislação espanhola nos contratos a serem firmados com a Administração Pública”*.

Isto porque a Recorrente utiliza para validar seus argumentos o texto do Real Decreto 1098/2001, sem qualquer compromisso com a leitura integral do documento e com a correta compreensão das exigências nele contidas.

Assim, para sanar qualquer dúvida da Recorrente e reforçar a seriedade da análise procedida por essa r. Comissão Especial de Licitação, passaremos a expor pontualmente os motivos pelos quais alguns documentos foram validamente considerados como não aplicáveis à Deloitte Espanha.

Por não ser a Deloitte Espanha uma empresa brasileira, ao compilar a documentação administrativa para participar da Concorrência nº 01/2012 e com o fim de compatibilizar as necessidades do edital, foi estabelecida uma equivalência, naquilo que se mostrou viável, entre os requisitos editalícios e a legislação espanhola.

Em particular, para o caso específico do requisito de ausência de dívidas tributárias, é importante analisar a exigência do subitem 5.2.2.3 do Edital:

*“5.2.2.3 - Comprovação de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual/Distrital e Municipal, **se for o caso, ou outra equivalente**, compreendendo os seguintes documentos: (...)” (grifo nosso)*

Claramente, a parte inicial do requisito presente no subitem supramencionado vincula apenas e tão somente as entidades brasileiras, uma vez que a frase *“se for o caso, ou outra equivalente”*

evidentemente foi introduzida para contemplar casos de empresas estrangeiras que não contemplem organização política e geográfica nesta forma: “Fazenda Federal, Estadual/Distrital e Municipal”.

Assim, sendo a Secretaria de Aviação Civil um organismo Federal (que na Espanha equivale ao nível de Administração Estatal), a regulação espanhola, ou seja, o Real Decreto 1098/2001 citado pela Recorrente, em seu artigo 13, parágrafo 1, incisos d) e e), estabelece que:

“Artículo 13. Obligaciones tributarias.

1. A efectos de lo previsto en el artículo 20, párrafo f), de la Ley se considerará que las empresas se encuentran al corriente en el cumplimiento de sus obligaciones tributarias cuando, en su caso, concurren las siguientes circunstancias:

a)(...)

*d) **No tener deudas de naturaleza tributaria con el Estado** en período ejecutivo o, en el caso de contribuyentes contra los que no proceda la utilización de la vía apremio, deudas no atendidas en período voluntario.*

*e) Además, **cuando el órgano de contratación dependa de una Comunidad Autónoma o de una Entidad local**, que no tengan deudas de naturaleza tributaria con la respectiva Administración autonómica o local, en las mismas condiciones fijadas en el párrafo d).” (grifo nosso)*

Como visto, a normativa espanhola requer a comprovação de inexistência de dívidas tributárias com a Administração Estatal espanhola. Assim, pela mesma razão, não resulta exigível nenhum tipo de certificado adicional a nível de Comunidade Autónoma ou Local (municipal), dado que a SAC-PR é equiparável na Espanha a um órgão administrativo de nível federal.

Logo, o certificado emitido pela Agência Estatal de Administração Tributária, devidamente apresentado pelo Consórcio SAC-PR em sua proposta, certifica que a Deloitte Espanha cumpriu com suas obrigações tributárias perante o Estado Espanhol, restando comprovada a regularidade fiscal da empresa.

Com relação à alegação da Recorrente de que a Deloitte Espanha deveria ter apresentado comprovação de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS importa destacar que o certificado requerido foi considerado como não aplicável uma vez que não existe na Espanha nenhum fundo com tais propósitos.

Os propósitos do FGTS brasileiro são cobertos pelo estado espanhol através da seguridade social, cuja autoridade regulatória é a Tesouraria Geral da Seguridade Social, responsável pelo recolhimento das

obrigações empresariais destinadas ao Fundo Estatal dedicado a assegurar todos os encargos sociais relativos às obrigações trabalhistas, por exemplo, subsídios de desemprego, pensões de aposentadoria, plano de saúde (não só para os empregados, mas para toda a população), etc.

Assim, a Deloitte Espanha apresentou em sua documentação habilitatória o último certificado válido, emitido pela Tesouraria Geral da Seguridade Social – CND, constatando que a empresa cumpriu com suas obrigações, não apresentando débitos com a seguridade social.

Já no que pertine à apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, tal requisito foi considerado como não aplicável uma vez que não existe na Espanha esse tipo específico de certificação. Não obstante, todos os débitos relacionados à legislação trabalhista são cobertos pela CND da Seguridade Social oportunamente apresentada.

Assim, o certificado apresentado que trata da ausência de débitos com a seguridade social também está apto a fornecer a prova necessária de inexistência de dívidas relacionadas com a Justiça do Trabalho.

Por fim, quanto à certidão negativa de falência, é necessário ressaltar que não existe na Espanha um certificado específico para este fim. Nestes termos, o certificado emitido pelo Registrador Mercantil de Madrid que certifica em seu primeiro parágrafo que a Deloitte Espanha está registrada no Registro Comercial de Madrid, em seu parágrafo segundo estipula que "*en la propia hoja no figura inscrita la Disolución ni la Liquidación de la Sociedad de la que se certifica, continuando VIGENTE según el Registro*", o que significa que nenhuma dissolução ou liquidação foi registrada para a DTT Espanha e a entidade permanece como uma empresa válida.

Por todo o exposto, restou demonstrado à sociedade que o único objetivo da Recorrente, com seus argumentos desconexos e falaciosos, é ganhar tempo e tumultuar o processo ao tentar macular a seriedade da documentação apresentada pelo Consórcio SAC-PR, uma vez que no fundo reconhece que diferentemente do Recorrido, a empresa Ernst & Young não conseguiu demonstrar a contento o cumprimento do principal requisito do Edital que é a sua experiência na execução de serviços semelhantes em complexidade e abrangência ao exigido pelo certame, o que só poderia ter ensejado a sua inabilitação.

Portanto, como medida de razoabilidade e justiça, toda a argumentação tecida pela Recorrente deve ser desconsiderada por essa r. Comissão Especial de Licitação, por se tratar de mero artifício para ludibriar a

seriedade com que o processo vem sendo conduzido pela Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República através de seus membros.

Assim, ratificamos o entendimento esposado no Recurso Administrativo oportunamente protocolizado, no sentido de que o Consórcio SAC-PR deve ser habilitado para o certame, uma vez que comprovou o pleno atendimento aos requisitos formais e sua excelência e experiência satisfatória no objeto editalício.

3 – DA NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA INABILITAÇÃO DA EMPRESA ERNST & YOUNG TERCO

Antes mesmo de adentrar na discussão das falhas apresentadas na documentação de qualificação da empresa Ernst & Young, cumpre ressaltar que os documentos anexados pela Recorrente em seu Recurso Administrativo, não têm o condão de alterar a situação de descumprimento em que se encontra, uma vez que os documentos além de serem documentos novos que não contaram de sua proposta inicial, tratam-se de material elaborado pela própria Licitante e sem a devida chancela do cliente, não possuindo assim nenhum cunho probatório válido.

Conforme já destacado em Recurso Administrativo, o Consórcio SAC-PR verificou de forma cuidadosa e detalhada os atestados de capacidade apresentados pela concorrente Ernst & Young Terco Assessoria Empresarial Ltda., e após correspondência com as exigências do subitem 5.2.4.1.1 do Edital, foi novamente perceptível que a Recorrente, de fato, não apresentou nenhuma credencial que pudesse evidenciar seu conhecimento e capacidade para execução dos serviços objeto do Edital, conforme ilustraremos a seguir.

Como pode ser observado, para que as licitantes pudessem comprovar a sua integral experiência quanto à execução dos serviços a serem contratados, deveriam apresentar atestados condizentes com a prestação dos seguintes serviços: a) Diagnóstico setorial de abrangência nacional; b) Identificação e acompanhamento da implementação de ganhos rápidos (*quick-wins*) para um setor econômico de abrangência nacional e c) Experiência em apoio à formulação de programas governamentais na esfera do governo federal brasileiro. Contudo, todos os documentos apresentados pela Recorrente, foram insuficientes e incapazes de assinalar a sua genuína experiência.

Assim, antes mesmo de discorrer o nosso posicionamento sobre a ineficácia dos atestados destacados pela Recorrente, cabe enfatizar alguns entendimentos sobre a abrangência do objeto em questão.

Pois bem, é cediço que ao elaborar o Edital, mais especificamente a exigência de comprovação da capacidade técnica dos licitantes em serviço semelhante em quantidade e dimensões ao exigido para a contratação, a preocupação da Contratante não pode ser outra senão a de aliar essa exigência às peculiaridades do objeto da licitação, de forma a garantir que a empresa que será contratada possui inequivocamente a experiência necessária para o sucesso da condução do projeto.

Neste sentido, bem salienta Marçal Justen Filho, para quem:

“A determinação dos requisitos de qualificação técnica far-se-á caso a caso, em face das circunstâncias e peculiaridades do interesse público. Caberá à Administração, na fase interna antecedente à própria elaboração do ato convocatório, avaliar os requisitos necessários, restringindo-se ao estritamente indispensável a assegurar um mínimo de segurança quanto à idoneidade dos licitantes. (...) O conteúdo e a extensão da qualificação técnica dependem diretamente do objeto da licitação. Ao definir o objeto a ser contratado, a Administração Pública está implicitamente delimitando a qualificação técnica que deverão apresentar os eventuais interessados em participar da licitação”. (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 9ª edição, São Paulo: Dialética, 2002, p. 313/314).

Como visto, não há qualquer possibilidade de se dissociar a exigência de comprovação da qualificação técnica das licitantes do objeto da futura contratação. Em outras palavras, é o objeto e suas peculiaridades quem delimita os contornos da exigência de comprovação da qualificação técnica.

Partindo dessa premissa, a Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, ao longo do Edital, do Glossário e do Termo de Referência, delimitou com clareza e exatidão ímpar quais os objetivos da contratação e a amplitude do objeto contratual, demonstrando, como isso, qual o “tamanho” do projeto e, conseqüentemente, as peculiaridades nele embutidas.

Como resultado deste estudo e da preocupação levados a termo pela Contratante, surgiu o sumário das experiências que devem ser demonstradas pelas licitantes, qual seja: a) diagnóstico setorial de abrangência nacional; b) identificação e acompanhamento da implementação de ganhos rápidos (*quick-wins*) para um setor econômico de abrangência nacional; c) experiência em apoio à formulação de programas governamentais na esfera do governo federal brasileiro.

Dando destaque às peculiaridades das exigências acima transcritas, vemos que a comprovação de qualificação técnica que deveria ter sido cumprida pelas licitantes deveria necessariamente atender aos limites abaixo destacados:

“a) diagnóstico setorial **de abrangência nacional**; b) identificação e acompanhamento da implementação de ganhos rápidos (*quick-wins*) **para um setor econômico de abrangência nacional**; c) experiência em apoio à formulação de programas governamentais **na esfera do governo federal brasileiro**”. (grifos nossos)

A análise detida dos requisitos acima destacados somente nos pode conduzir às seguintes conclusões: a) não basta que a licitante comprove sua experiência em projetos de diagnóstico setorial, sem que o projeto não tenha envolvido uma abrangência nacional; b) a comprovação de identificação e acompanhamento da implementação de ganhos rápidos de nada serve ao presente certame se não tiver sido desenvolvida para um setor econômico de abrangência nacional; c) a experiência em apoio à formulação de programas governamentais somente é válida para o presente certame, se estiver relacionada à esfera do governo federal brasileiro.

Em resumo, as experiências técnicas acima descritas, se aplicadas em um estado ou município, embora possam demonstrar que a empresa já desenvolveu projetos similares ao exigido pelo Edital, não comprovam, por outro lado, que a empresa possui essa experiência nas dimensões requeridas para o projeto. Explicamos.

Sabemos que o Brasil é um país de extrema heterogeneidade, seja física, política, cultural ou socioeconômica. Assim, por exemplo, é impossível afirmar que um projeto desenvolvido em um estado

como São Paulo, tenha as mesmas implicações que um projeto desenvolvido no Acre. Em outras palavras, em razão das peculiaridades regionais do país, não se pode dizer que o projeto desenvolvido em um estado seja exatamente coerente para outro, de um município seja aplicável a outro e assim por diante.

Nesta toada, a razão de ser da inclusão dos limitativos “**de abrangência nacional**”, “**na esfera do governo federal brasileiro**” nos requisitos de comprovação da qualificação técnica das licitantes está intimamente ligada à necessidade da Secretaria da Aviação Civil da Presidência da República se cercar da garantia de que a licitante vencedora do certame possui além da experiência técnica, a experiência exata na dimensão de um projeto elaborado para um país repleto de peculiaridades e diferenças e de um ente, como o governo federal, absolutamente diferente dos demais.

Assim, ratificando a discussão tecida no recurso administrativo oportunamente interposto pelo Consórcio SAC-PR, será demonstrado a seguir, através da análise pontual dos atestados apresentados pela Recorrente, que a empresa Ernst & Young não apresentou nenhum atestado contemplando os limitativos “**de abrangência nacional**”, “**na esfera do governo federal brasileiro**”, o que equivale a dizer que a experiência da licitante não é absolutamente compatível com a expectativa da Secretaria de Aviação Civil. Senão vejamos.

O atestado emitido pela **Secretaria de Estado de Desenvolvimento do Espírito Santo**, apresentado pela Recorrente na página 83 de sua proposta, comprova a elaboração de estudos técnicos, econômicos e financeiros que tenham como finalidade dar suporte a possíveis investidores interessados em implantar uma fábrica de MDF no Estado do Espírito Santo.

Diante da análise das características do projeto, objetivo, bem como do órgão contratante, pode se perceber que o atestado apresentado, não pode ser considerado para fins de comprovação da experiência da licitante, por violar o subitem 5.2.4.1.1.

Isto porque, o documento não apresenta nenhuma característica que demonstre que foi feito diagnóstico setorial de abrangência nacional, uma vez que o trabalho desenvolvido foi para órgão da esfera estadual e os estudos e cenários descritos referem-se a um contexto específico e muito particular que é a implantação de uma fábrica de MDF, o que coerentemente não se configura como um setor econômico de abrangência nacional.

Mais adiante, na página 87 da documentação de habilitação apresentada pela empresa Ernst & Young Terco Assessoria Empresarial Ltda., podemos verificar o atestado emitido pela **Agência Nacional de Aviação Civil, ANAC**. Ocorre que, o que se espera é que o projeto desenvolvido tenha ocorrido para um setor econômico que tenha abrangência nacional, o que não é retratado neste atestado. Explicamos.

Os serviços descritos no atestado apresentado referem-se inequivocamente a estruturas e processos do órgão ANAC, e não um setor econômico como um todo (nesse caso, supostamente, o setor aéreo civil). Apenas para ilustrar um pouco melhor o caso em questão, podemos tomar como exemplo um hipotético trabalho de consultoria realizado para o Banco Central do Brasil - BACEN. O fato de um serviço de consultoria ter sido desenvolvido para o BACEN, não implica necessariamente que o setor bancário como um todo se beneficiaria com ganhos rápidos.

Assim, pode se dizer que serviços prestados a um órgão regulador de determinado setor podem ou não implicar em ganhos para aquele setor, dependendo do escopo do trabalho, mas não é esse o caso dos serviços descritos em atestado apresentado pela concorrente. Tratam-se serviços que visam melhorias em processos e estruturas do órgão ANAC, e não do setor aéreo civil como um todo.

A despeito da função primária da ANAC estar associada a regulação de assuntos pertinentes ao setor aéreo civil, não podemos nos esquecer que assim como qualquer empresa a ANAC também tem a função secundária de administração do órgão.

Pela leitura do atestado apresentado, fica claro que o serviço foi prestado para atender às necessidades secundárias da ANAC, ou seja, trazer uma melhora para o órgão sob o ponto de vista administrativo. Essa ideia fica clara na leitura dos seguintes trechos: “diagnóstico e mapeamento de processos organizacionais visa a vis a estrutura em vigor, objetivando ajustes em sua composição”, “capacitação de pessoas do quadro funcional da ANAC indicadas para construir o grupo de sustentabilidade do projeto”.

Em resumo, se assumíssemos que ganhos identificados no contexto dos serviços apresentados no atestado (com foco no órgão, e não no setor aéreo civil) se desdobram invariavelmente como benefícios para o setor aéreo, seria incoerente por parte de uma concorrente afirmar que ganhos rápidos identificados para uma grande empresa de determinado setor implicasse em ganhos para o setor como um todo, por meio de impacto indireto.

Seria desvirtuar a exigência do Edital em prol de interesse próprio, desconsiderando entre outros aspectos importantes, que o escopo do trabalho a que se refere essa licitação não se confunde de forma alguma com um trabalho, por exemplo, que visa revisar a missão ou a estrutura organizacional da SAC ou qualquer serviço de consultoria que tenha como objeto melhoria para o órgão.

Adicionalmente, no Recurso foram apresentados detalhes do trabalho que, ou não constituem requerimento de habilitação do Edital (“Planejamento Estratégico da Agência” e “Diagnóstico e Modelagem da Estrutura Organizacional da Agência”), ou se tratam de serviços com foco na Agência e não em ganhos para o setor como um todo.

Como visto, não subsistem dúvidas quanto à ineficiência do atestado apresentado para comprovação de capacidade técnica da empresa Ernst & Young Terco Assessoria Empresarial Ltda.

Ainda em relação aos atestados apresentados, outro ponto que merece destaque é a invalidade do atestado emitido pela **empresa Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro, FETRANSPOR**, identificado na página 90 da proposta apresentada pela Recorrente.

Pois bem, parece categórico que a FETRANSPOR se trata de organização que atua na esfera estadual. Além disso, se fizermos uma breve pesquisa sobre a organização, em pouquíssimos minutos iremos concluir que a FETRANSPOR congrega dez sindicatos de empresas de ônibus responsáveis por transporte urbano, interurbano e de turismo e fretamento. Esses sindicatos, por sua vez, reúnem 192 empresas de transporte coletivo e 19 de fretamento e turismo, que respondem por 81% do transporte público regular no Estado do Rio de Janeiro. Logo, é inquestionável a atuação da federação somente em âmbito estadual.

Adicionalmente, o objeto do contrato restringe-se a serviços que não incluíram diagnósticos setoriais, tratando apenas de projeto de EVTE, definição de requerimentos para implantação de sistema de informações, gerenciamento de projetos, etc.

É pacífico o entendimento de que o objeto da Concorrência em questão refere-se ao desenvolvimento de programa de capacitação em nível nacional, e é nesse sentido que as exigências da SAC – PR em relação ao requisito “identificação e acompanhamento de ganhos rápidos (*quick wins*) para um setor econômico de abrangência nacional” refere-se à abrangência nacional. Portanto, os *quick wins* citados no documento apresentado, não podem constituir atendimento ao requerimento do Edital, já que se referem apenas ao Estado do Rio de Janeiro.

Agregado ainda a todos os motivos acima manifestados, temos o fato de que o projeto não havia sido finalizado no momento da assinatura do atestado (“de março/2010 a em Andamento” *sic*).

Ora, se o Edital exige a comprovação da experiência da licitante na execução de trabalhos semelhantes ao escopo do certame, um trabalho que ainda não está finalizado não comprova essa experiência. Note-se que antes da conclusão dos serviços não há como se aferir a experiência da empresa na dimensão global do serviço, tampouco como comprovar a qualidade de serviços que ainda estão por concluir, restando inquestionável a inteira nulidade do atestado apresentado.

Ainda na toada da necessidade de comprovação de execução de serviços para um setor econômico de abrangência nacional, encontramos o atestado fornecido pela **Usina Açucareira São Manoel**. O documento encontrado na página 94 revela a execução de serviços de diagnóstico, implantação e manutenção de um Centro de Serviços Compartilhados.

Ocorre que, ao analisarmos tanto os serviços prestados, quanto à atuação e essência da Usina, pudemos perceber que não existe qualquer relação com as exigências estipuladas no subitem 5.2.4.1.1. Isto porque o subitem é bem claro ao dizer da necessidade de comprovação de serviços similares aos do objeto da licitação e, exclusivamente de consultoria especializada relativa a diagnóstico setorial de abrangência nacional, identificação e acompanhamento da implementação de ganhos rápidos (*quick-wins*) para um setor econômico de abrangência nacional e experiência em apoio à formulação de programas governamentais na esfera do governo federal brasileiro e o atestado apresentado não contempla nenhuma dessas realidades.

É notável que o serviço foi prestado para a Usina em suas atividades particulares, não tendo sido feito um diagnóstico setorial de abrangência nacional, tampouco o trabalho se referiu a um setor econômico de abrangência nacional, nem foi formulado um programa governamental na esfera do governo federal brasileiro.

Em suma, pode-se perceber que não é necessário nenhum conhecimento específico, análise aprofundada ou mesmo maiores explicações, como as trazidas pela Recorrida em seu recurso, para concluir que o atestado não atende nem parcialmente os requisitos do Edital.

Logo em seguida do atestado emitido pela Usina, podemos localizar na página 97 o atestado da empresa **Tecon Suape S/A**, mais um atestado que não cita diagnósticos de quaisquer tipos, tampouco atende os critérios estabelecidos no Edital.

A Recorrente, em seu Recurso Administrativo apresenta uma série de informações irrelevantes, fora do contexto da Concorrência, citando ainda a inadequação logística dos portos do Brasil e as agendas do Governo Federal, com o objetivo furtivo de associar a suposta importância estratégica do Complexo Industrial Portuário do SUAPE aos requerimentos do Edital.

Ora, o Edital é bastante claro ao mencionar “setor econômico de abrangência nacional” o que é bem diferente de “empresa privada de determinado setor cuja importância estratégica para um país é inegável”, ou “empresa grande cujos benefícios implicariam indiretamente em benefícios para o setor do qual faz parte, ou indiretamente para setores associados”. É inegável que os argumentos apresentados são totalmente impróprios.

Em outras palavras, e para que não corramos risco de pecar pela falta de clareza, a empresa Tecon Suape S/A não constitui um “setor econômico de abrangência nacional”, pois os serviços prestados pela Ernst & Young foram feitos para o caso particular da TECON, não tendo qualquer relação com o fato de que a TECON presta serviços para todo o País. Neste caso, é nítido que a Ernst & Young tenta usar a atuação a nível nacional da TECON para tentar tornar o seu serviço também de abrangência nacional, o que não faz nenhum sentido com as atividades por ela executadas. Ademais, o atestado não cita nem *quick wins*, e nem ganhos rápidos e ainda que se fizesse uma interpretação extensiva dos seus termos seria impossível chegar a essa conclusão.

Pode-se concluir então, que a inclusão desse atestado como tentativa de atender aos requerimentos do edital, e em especial atender ao requerimento “identificação e acompanhamento de ganhos rápidos (*quick wins*) para um setor econômico de abrangência nacional” é falha e visa tentar induzir uma falsa interpretação dos seus termos para configurar o atendimento às exigências do Edital.

Em relação ao atestado emitido pelo **Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016**, localizado na página 101 do caderno de Habilitação apresentado pela Recorrente e desprezando-se toda argumentação de caráter técnico que se possa discorrer sobre tal atestado, fato é que, de pronto, a própria natureza jurídica da entidade já exclui a possibilidade de que um atestado por ela emitido se enquadre nas

exigências do Edital, já que além de ser uma empresa privada, estende a sua atuação apenas no Estado do Rio de Janeiro.

Além disso, o atestado não traz qualquer analogia com as exigências do subitem 5.2.4.1.1, pois não cita diagnósticos, ganhos rápidos, nem mesmo apoio à formulação de programas governamentais na esfera do governo federal brasileiro.

Diante das falhas insuperáveis supramencionadas, outra não poderia ter sido a decisão dessa r. Comissão Especial de Licitação senão de desconsiderar o atestado do Rio 2016.

Quanto aos dois atestados do **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES**, não seria necessário prosseguir muito na leitura dos mesmos para logo perceber que os serviços sequer se relacionam com o objeto da licitação em questão. Senão vejamos.

A credencial apresentada na página 107, trata de estudo regional específico visando “viabilizar o Sistema Logístico entre portos no Sul/Sudeste do Brasil e portos no Chile”. Ou seja, são serviços de avaliação técnica, econômico-financeira e jurídica regulatória que além de não caracterizar abrangência nacional, também não fazem relação com o objeto licitado.

Já o atestado do mesmo cliente, incluído na página 108, ilustra a execução de serviços prestados num contexto local (Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante, no Estado do Rio Grande do Norte), sem citação de diagnósticos setoriais de quaisquer tipos.

Ainda em relação aos atestados do BNDES, outro ponto de suma importância e que merece destaque é que apesar de o Banco atuar no País como um todo e ter por objetivo apoiar empreendimentos que contribuam para o desenvolvimento do Brasil, os serviços por ele atestados, não tiveram abrangência nacional, pois se trataram de localidades e regiões específicas.

Assim, convém destacar que os atestados apresentados não comprovaram aptidão técnica suficiente que pudesse transmitir a segurança necessária à SAC – PR quanto à experiência satisfatória da licitante.

Fechando a sequência de atestados apresentados para comprovação da Qualificação Técnica da empresa Ernst & Young Terco Assessoria Empresarial, temos dois atestados do **Ministério da Pesca e da Aquicultura**.

Em relação ao atestado constante da página 111, no que tange ao serviço prestado, é nítido que se trata de serviço local, pois foi feito estudo de mercado, planejamento de investimentos e desenvolvimento de modelo de gestão para implantação e/ou reforma de infraestruturas de apoio à cadeia produtiva da pesca no litoral do Estado do Paraná, projeto que não pode ser considerado de abrangência nacional por se tratar da pesca no litoral de um único Estado. Não seria correto considerar como projeto de abrangência nacional, um projeto tão específico e com particularidades únicas de um Estado.

Ainda sobre o cliente Ministério da Pesca e da Aquicultura, pode-se dizer o atestado apresentado na página 112, não está relacionado a um diagnóstico de abrangência nacional. Conforme citado no próprio atestado, trata-se de “estudo de caracterização de cadeia produtiva da pesca do litoral sul do Espírito Santo e desenvolvimento de estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental para a implantação de estruturas pesqueiras na região de Itapemirim/ES”, ou seja, não tem abrangência nacional.

Conforme foi elucidado acima, os dois atestados apresentados, também, não comprovam a experiência na execução de serviços semelhantes ao objeto do certame, tampouco tem as características compatíveis estabelecidas no Projeto Básico, Anexo “A” do Edital, motivo pelo qual deverão ser desconsiderados para fins de cumprimento do subitem 5.2.4.1.1.

Sendo assim, como pode ser visto em toda exaustiva argumentação acima trazida pela Recorrida em suas Contrarrazões, não resta dúvida de que a empresa Ernst & Young Terco Assessoria Empresarial Ltda. não comprovou satisfatoriamente sua experiência na prestação de serviços semelhantes em características e dimensões exigidas pelo escopo do Edital. Não somente por ter descumprido as exigências requeridas pela alínea “b” do subitem 5.2.4.1.1, mas sim por ter evidenciado integral carência quanto ao cumprimento do subitem 5.2.4.1.1 em sua totalidade.

Neste sentido,

“Em face da atual sistemática, não se pode sequer admitir a formulação de propostas por parte de quem não dispuser de condições técnicas de executar a prestação”. (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 9ª edição, São Paulo: Dialética, 2002, p. 313)

Por essa razão, é imperioso que essa r. Comissão Especial de Licitação mantenha seu pontual entendimento em inabilitar a Recorrente uma vez que, conforme se demonstrou à sociedade, diferentemente do ocorrido com o Consórcio SAC-PR, a licitante Ernst & Young não possui documentação hábil a comprovar sua experiência naquilo que é o maior objetivo do certâmen, que é a execução dos serviços requeridos pela SAC-PR.

4 – DA CONCLUSÃO E DO PEDIDO

Com o devido respeito à Recorrente, não há qualquer possibilidade de que essa r. Comissão Especial de Licitação aprecie o mérito do recurso interposto pela licitante Ernst & Young Terco Assessoria Empresarial Ltda., uma vez que não há qualquer resquício de plausibilidade nas alegações por ela formuladas, tampouco relação estrita entre os argumentos apresentados e a realidade da documentação apresentada pelo Consórcio SAC-PR e pela própria Recorrente.

Assim, restou demonstrado à sociedade pelos motivos de fato e de direito apresentados que os argumentos e insinuações trazidos pela Recorrente são apenas destinados a atacar gratuitamente a seriedade da proposta apresentada pelo Consórcio SAC-PR, que cumpriu com exatidão todos os requisitos editalícios, não apresentando, portanto, qualquer apoio na razoabilidade ou mesmo numa boa interpretação da letra editalícia, doutrina, jurisprudência e da lei brasileira e espanhola.

Ademais, as explicações e documentações utilizadas pela Recorrente para tentar mascarar a falta de comprovação da experiência da empresa na prestação de serviços semelhantes em quantidade e qualidade ao objeto do Edital, não tiveram o condão de afastar o total descumprimento do requisito editalício mais importante que é a qualificação técnica satisfatória, logo não há qualquer plausibilidade no pedido de reforma da decisão de inabilitação da empresa Ernst & Young.

Por fim, e com base no que foi aduzido, conclui-se que os argumentos tecidos no recurso interposto pela licitante Ernst & Young Terco Assessoria Empresarial Ltda., não têm razão de subsistir e por isso a ele deve ser **NEGADO** conhecimento e conseqüente provimento, sendo mantida a inabilitação da Recorrente e a necessidade de revisão por parte dessa r. Comissão Especial de Licitação da inabilitação do Consórcio SAC-PR, por ser medida da mais inteira Justiça!

Termos em que, pede deferimento.

São Paulo, 15 de janeiro de 2013.

CONSÓRCIO SAC-PR

Alessandra Bigotte Donato – Procuradora

DEPÓSITO DE CUENTAS ANUALES

IDENTIFICACIÓN DE LA ENTIDAD QUE PRESENTA LAS CUENTAS A DEPÓSITO

Denominación de la Entidad: DELOITTE ADVISORY SL NIF: B86466448

Datos Registrales:

Tomo: 29.897 Folio: 21 Nº Hoja Registral: 538.045 Fecha de cierre ejercicio social: 31/05/2012
(dd mm.aaaa)

**IDENTIFICACIÓN DE LOS DOCUMENTOS CONTABLES CUYO DEPÓSITO SE SOLICITA
CUENTAS ANUALES DEL EJERCICIO: 2012**

Balance	Pérdidas y Ganancias	Memoria	Estado cambios Patrimonio Neto	Estado de Flujos de Efectivo
Normal <input checked="" type="checkbox"/>	Normal <input checked="" type="checkbox"/>	Normal <input checked="" type="checkbox"/>	Normal <input checked="" type="checkbox"/>	Normal <input checked="" type="checkbox"/>
Abreviado <input type="checkbox"/>	Abreviado <input type="checkbox"/>	Abreviada <input type="checkbox"/>	Abreviado <input type="checkbox"/>	
PYME <input type="checkbox"/>	PYME <input type="checkbox"/>	PYME <input type="checkbox"/>	PYME <input type="checkbox"/>	
Hoja identificativa de la sociedad <input checked="" type="checkbox"/>	Declaración Medioambiental <input checked="" type="checkbox"/>	Informe de Gestión <input checked="" type="checkbox"/>	Informe de Auditoría <input checked="" type="checkbox"/>	Modelo de Autocartera <input checked="" type="checkbox"/>
Anuncios de convocatoria <input type="checkbox"/>	Certificado SICAV <input type="checkbox"/>	Certificación Acuerdo <input checked="" type="checkbox"/>	Otros Documentos <input checked="" type="checkbox"/> Nº <u>12</u>	

IDENTIFICACIÓN DEL PRESENTANTE QUE HACE LA SOLICITUD

Nombre y Apellidos: LUIS FERNANDO MARTINEZ GOMEZ DNI: 25104005B

Domicilio: PLAZA PABLO RUIZ PICASSO 1 Código Postal 28020

Ciudad: MADRID Provincia MADRID

Teléfono: 915145000 Fax: 915145180 Correo electrónico: lumartinez@deloitte.es

El solicitante consiente que la notificación del depósito de las cuentas o la calificación negativa, en su caso, se le hagan electrónicamente a la dirección de correo señalada conforme a lo dispuesto en el artículo 28 de la Ley 11/2007, de 22 de Junio.

Firma del presentante:

Código 2D



Empty box for the 2D code.

CTAS. F 155.667.0

2012 DELOITTE ADVISORY SL

Recepcionado el:

21/12/2012 09:45
53,54



DESCRIPCIÓN	CDAD.	PRECIO	DTOS.	TOTAL
Asiento de presentación	1	6,010121	0	6,010121
Actos decuantía indeter-minada	2	3,005061	28,75	4,282212
Nota marginal	3	0,150253	0	0,450759
Notas especiales	1	1,803036	0	1,803036
Calificación de un asiento	1	1,502530	0	1,502530
Reserva de datos	1	1,502530	0	1,502530
Deposito de documentos	12	3,005061	28,75	28,892272
Digitalización y escaneo	1	3,005061	0	3,005061

HONORARIOS: 44,24 IVA: 9,29 TOTAL 53,54

TOTAL A PAGAR 53,54

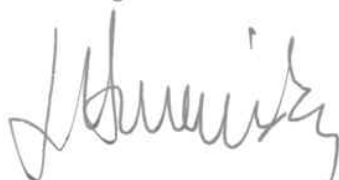
DELOITTE ADVISORY, S. L.

**CUENTAS ANUALES E INFORME DE GESTIÓN CORRESPONDIENTES
AL EJERCICIO ANUAL CERRADO AL 31 DE MAYO DE 2012,
JUNTO CON EL INFORME DE AUDITORÍA**

INFORME DE AUDITORÍA DE LAS CUENTAS ANUALES

A la Junta General de Socios de
DELOITTE ADVISORY, S.L.

1. Hemos auditado las cuentas anuales de DELOITTE ADVISORY, S.L., que comprenden el balance al 31 de mayo de 2012, la cuenta de pérdidas y ganancias, el estado de cambios en el patrimonio neto, el estado de flujos de efectivo y la memoria correspondientes al ejercicio anual terminado en dicha fecha. Los Administradores son responsables de la formulación de las cuentas anuales de la Sociedad, de acuerdo con el marco normativo de información financiera aplicable a la entidad (que se identifica en la nota 3 de la memoria adjunta) y, en particular, con los principios y criterios contables contenidos en el mismo. Nuestra responsabilidad es expresar una opinión sobre las citadas cuentas anuales en su conjunto, basada en el trabajo realizado de acuerdo con la normativa reguladora de la actividad de auditoría de cuentas vigente en España, que requiere el examen, mediante la realización de pruebas selectivas, de la evidencia justificativa de las cuentas anuales y la evaluación de si su presentación, los principios y criterios contables utilizados y las estimaciones realizadas, están de acuerdo con el marco normativo de información financiera que resulta de aplicación.
2. En nuestra opinión, las cuentas anuales del ejercicio cerrado al 31 de mayo de 2012 adjuntas expresan, en todos los aspectos significativos, la imagen fiel del patrimonio y de la situación financiera de DELOITTE ADVISORY, S.L. al 31 de mayo de 2012, así como de los resultados de sus operaciones y de sus flujos de efectivo correspondientes al ejercicio anual terminado en dicha fecha, de conformidad con el marco normativo de información financiera que resulta de aplicación y, en particular, con los principios y criterios contables contenidos en el mismo.
3. Sin que afecte a nuestra opinión, tal y como se menciona en las notas 1 y 3.4 de la memoria adjunta, con fecha 30 de marzo de 2012, la Junta de Socios de DELOITTE, S.L. acordó la escisión parcial de una rama de actividad a la sociedad de nueva creación DELOITTE ADVISORY, S.L. Los efectos contables de esta operación se han retrotraído a 1 de junio de 2011, al encuadrarse ésta bajo la norma de valoración 21 del Plan General de Contabilidad, y por tanto no se muestran cifras comparativas del ejercicio anterior. No obstante, tal y como se menciona en la nota 1, los efectos jurídicos de la operación de escisión se producen a partir del 1 de junio de 2012, fecha en la cual la Sociedad inicia sus operaciones.
4. El informe de gestión adjunto del ejercicio cerrado al 31 de mayo de 2012 contiene las explicaciones que los Administradores consideran oportunas sobre la situación de la Sociedad, la evolución de sus negocios y sobre otros asuntos y no forma parte integrante de las cuentas anuales. Hemos verificado que la información contable que contiene el citado informe de gestión concuerda con la de las cuentas anuales del ejercicio cerrado al 31 de mayo de 2012. Nuestro trabajo como auditores se limita a la verificación del informe de gestión con el alcance mencionado en este mismo párrafo y no incluye la revisión de información distinta de la obtenida a partir de los registros contables de la Sociedad.



Jorge Hernández Arrecubieta
Socio Auditor
Madrid, 29 de octubre de 2012



Miembro ejerciente:
LILLO, AUDITORES
ASOCIADOS, S.L.

Año 2012 N° 01/12/17345
IMPORTE COLEGIAL: 93,00 EUR

Este informe está sujeto a la tasa
aplicable establecida en la
Ley 44/2002 de 22 de noviembre.

Deloitte Advisory, S.L.

Cuentas Anuales
correspondientes al ejercicio anual
terminado el 31 de mayo de 2012 e
Informe de Gestión



CLASE 8.^a



OK9935606

DELOITTE ADVISORY, S.L.

BALANCE DE SITUACIÓN AL 31 DE MAYO DE 2012

(Miles de Euros)

ACTIVO	Notas de la Memoria	2012	PATRIMONIO NETO Y PASIVO	Notas de la Memoria	2012
ACTIVO NO CORRIENTE:			PATRIMONIO NETO:		
Inmovilizado material-	Nota 5	12.364	FONDOS PROPIOS:		2.082
Otras instalaciones		6.468	Capital	Nota 7	2.082
Mobiliario		5.136	Reservas-		1.820
Inversiones en empresas del Grupo y Asociadas a largo plazo-		1.322	Reserva legal	Nota 7.1	262
Instrumentos de patrimonio	Nota 6.3	5.421	Otras reservas		255
Créditos	Nota 6.1	4.057	Resultado del ejercicio		7
Activos por impuestos diferido	Nota 9.1	1.364			-
		485	PASIVO NO CORRIENTE:		20.844
ACTIVO CORRIENTE:			Provisiones a largo plazo	Nota 4.6	502
Deudores comerciales y otras cuentas a cobrar-		55.745	Deudas a largo plazo	Nota 8.1	19.208
Clientes por ventas y prestaciones de servicios	Nota 6.2	51.305	Pasivos por impuesto diferido	Nota 9.2	252
Deudores varios	Nota 6.2	48.155	Periodificaciones a largo plazo		882
Deudores, empresas del Grupo	Nota 12.1	156	PASIVO CORRIENTE:		45.183
Personal	Nota 6.2	2.981	Deudas a corto plazo-	Nota 8.1	2.067
Inversiones en empresas del Grupo a corto plazo-	Nota 6.2	13	Otros pasivos financieros		43.116
Créditos	Nota 6.4	80	Acreedores comerciales y otras cuentas a pagar-		406
Efectivo y otros activos líquidos equivalentes-		80	Proveedores	Nota 8.2	28.513
Tesorería	Nota 6.5	4.360	Acreedores varios	Nota 8.2	11.453
Valores representativos de deuda a corto plazo		310	Otras deudas con las Administraciones Públicas	Nota 8.2	2.744
TOTAL ACTIVO		68.109	TOTAL PATRIMONIO NETO Y PASIVO		68.109

Las Notas a 1 a 15 descritas en la Memoria adjunta forman parte integrante del balance de situación al 31 de mayo de 2012.



CLASE 8.^a



OK9935607

DELOITTE ADVISORY, S.L.

CUENTA DE PERDIDAS Y GANANCIAS

DEL EJERCICIO TERMINADO EL 31 DE MAYO DE 2012

(Miles de Euros)

	Notas de la Memoria	2012
Importe neto de la cifra de negocios:	Nota 11.1	101.241
Prestaciones de servicios		101.241
Otros ingresos de explotación:		667
Ingresos accesorios y otros de gestión corriente		356
Subvenciones de explotación incorporadas al resultado del ejercicio		311
Gastos de personal:		(42.310)
Sueldos, Salarios y asimilados		(42.310)
Otros gastos de explotación:		(59.301)
Servicios exteriores		(58.841)
Pérdidas, deterioro y variación de provisiones por operaciones comerciales	Nota 11.2	(460)
Amortización del inmovilizado:		(1.321)
Amortización del inmovilizado material	Nota 5	(1.321)
Deterioro y resultado de enajenaciones de inmovilizado:		281
Resultados por enajenaciones y otras		281
RESULTADO DE EXPLOTACION		(743)
Ingresos financieros:	Nota 12.1	3.061
De participaciones en instrumentos de patrimonio		2.981
De valores negociables y de créditos		80
Gastos financieros:		(2.067)
Por deudas con terceros		(2.067)
Deterioro y resultado por enajenaciones de instrumentos financieros:		(251)
Deterioros y pérdidas		(251)
RESULTADO FINANCIERO		743
RESULTADO ANTES DE IMPUESTOS		-
Impuesto sobre Beneficios		-
RESULTADO DEL EJERCICIO		-

Las Notas 1 a 15 descritas en la Memoria adjunta forman parte integrante de la cuenta de pérdidas y ganancias correspondiente al ejercicio 2012.



CLASE 8.^a



OK9935608

DELOITTE ADVISORY, S.L.

ESTADO DE FLUJOS DE EFECTIVO

CORRESPONDIENTE AL EJERCICIO ANUAL TERMINADO EL 31 DE MAYO DE 2012

(Miles de Euros)

	Notas de la Memoria	2012
FLUJOS DE EFECTIVO DE LAS ACTIVIDADES DE EXPLOTACIÓN:		(2)
Resultado del ejercicio antes de impuestos		-
Ajustes al resultado-		1.339
Amortización del inmovilizado	Nota 5	1.321
Correcciones valorativas por deterioro		711
Resultados por bajas y enajenaciones de inmovilizado		
Ingresos financieros		(3.061)
Gastos financieros		2.067
Otros ingresos y gastos		301
Cambios en el capital corriente-		(1.341)
Deudores y otras cuentas a cobrar		(2.239)
Acreedores y otras cuentas a pagar		865
Otros activos corrientes		33
FLUJOS DE EFECTIVO DE LAS ACTIVIDADES DE INVERSIÓN:		(2.252)
Pagos por inversión-		(2.252)
Inmovilizado material	Nota 5	(1.452)
Otros activos financieros a largo grupo		(800)
FLUJOS DE EFECTIVO DE LAS ACTIVIDADES DE FINANCIACIÓN:		2.120
Cobros y pagos por instrumentos de patrimonio-	Nota 7	120
Emisión de instrumentos de patrimonio		187
Amortización de instrumentos de patrimonio		(67)
Cobros y pagos por instrumentos de pasivo financiero-		2.000
Emisión-		
Otras deudas		2.000
AUMENTO/DISMINUCION NETA DEL EFECTIVO		(134)
EFECTIVO RECIBIDO POR ESCISIÓN AL COMIENZO DEL EJERCICIO 2012		4.494
EFECTIVO AL FINAL DEL EJERCICIO		4.360
		(134)

Las Notas 1 a 15 descritas en la Memoria adjunta forman parte integrante del estado de flujos de efectivo correspondiente al ejercicio 2012.



CLASE 8.^a



OK9935609

Deloitte Advisory, S.L.

Memoria
correspondiente al ejercicio anual terminado el
31 de mayo de 2012

1. Constitución de la Sociedad

Con fecha 30 de marzo de 2012 la Junta de socios de Deloitte, S.L. acordó su escisión parcial, mediante el traspaso en bloque por sucesión universal de una parte de su patrimonio relativa a la actividad de prestación de servicios de consultoría y asesoramiento empresarial, formación y servicios de tecnología, incluyendo dentro de dicha actividad la participación en determinadas entidades del grupo, a favor de esta sociedad, Deloitte Advisory, S.L. de nueva creación, que adquirió por sucesión universal todos los activos y pasivos asociados a esa unidad económica y en consecuencia todos los derechos y obligaciones, sin que la sociedad escindida se extinguiera como consecuencia de la escisión, reduciendo su capital y reservas en la cuantía necesaria equivalente al valor del patrimonio escindido, todo ello de conformidad con lo dispuesto en el artículo 70 de la Ley sobre Modificaciones Estructurales de las Sociedades Mercantiles y en los términos previstos en el Proyecto de Escisión de "Deloitte, S.L." debidamente formulado por sus Administradores el 30 de noviembre de 2011 y depositado en el Registro Mercantil de Madrid y sobre la base del Balance de escisión cerrado a 31 de mayo de 2011 auditado por el auditor de cuentas de la Sociedad y que se incorpora a continuación.

La escisión se registró en el Registro Mercantil con fecha 31 de mayo de 2012; los efectos contables de la escisión han sido retrotraídos a 1 de junio de 2011.



CLASE 8.^a
IMPUESTO SOBRE EL VALOR AÑADIDO



OK9935610

DELOITTE, S.L.

BALANCE DE ESCISION AL 31 DE MAYO DE 2011

(Miles de Euros)

ACTIVO	AUDITORIA		ACTIVIDADES		AUDITORIA		ACTIVIDADES	
			ESCINDIDAS			ESCINDIDAS		
ACTIVO NO CORRIENTE:	29.684	18.543	11.141	PATRIMONIO NETO:	5.886	3.924	1.962	
Inmovilizado intangible-	142	142	-	FONDOS PROPIOS:	5.886	3.924	1.962	
Aplicaciones informáticas	142	142	-	Capital	5.102	3.402	1.700	
Inmovilizado material-	12.484	6.303	6.181	Reservas-	784	522	282	
Otras instalaciones	8.875	4.138	4.737	Reserva legal	764	509	255	
Mobiliario	2.812	1.368	1.444	Otras reservas	20	13	7	
Equipos para procesos de información	797	797	-	Resultado del ejercicio	-	-	-	
Inversiones en empresas del Grupo y Asociadas a largo plazo-	4.813	110	4.703					
Instrumentos de patrimonio	4.139	-	4.139					
Créditos a terceros	674	110	564	PASIVO NO CORRIENTE:	53.153	35.463	17.690	
Inversiones financieras a largo plazo-	2.101	2.101	0	Provisiones a largo plazo	5.651	5.169	482	
Instrumentos de patrimonio	38	38	-	Deudas a largo plazo	45.455	28.247	17.208	
Créditos a terceros	48	48	-	Periodificaciones a largo plazo	2.047	2.047	-	
Otros activos financieros	2.015	2.015	-					
Activos por impuestos diferido	10.144	9.887	257	PASIVO CORRIENTE:	223.724	179.183	45.541	
ACTIVO CORRIENTE:	253.079	200.027	54.052	Deudas a corto plazo-	756	471	285	
Deudores comerciales y otras cuentas a cobrar-	128.107	79.581	48.526	Otros pasivos financieros	756	471	285	
Clientes por ventas y prestaciones de servicios	117.865	69.478	48.387	Acreedores comerciales y otras cuentas a pagar-	222.968	178.712	45.256	
Clientes, empresas del Grupo	6.650	6.650	-	Proveedores	89.909	70.142	19.767	
Deudores varios	280	150	130	Proveedores, empresas del Grupo	15.010	15.010	-	
Deudores, empresas del Grupo	3.298	3.298	-	Acreedores varios	58.618	45.825	12.793	
Personal	10	1	9	Acreedores Escisión		1.000	-	
Otras deudas con las Administraciones Públicas	4	4	-	Acreedores, empresas del Grupo	410	410	-	
Inversiones en empresas del Grupo a corto plazo-	12.808	12.808	-	Personal	41.952	30.654	11.298	
Créditos a empresas	12.808	12.808	-	Pasivos por impuesto corriente	241	241	-	
Inversiones financieras a corto plazo-	8.100	8.100	-	Otras deudas con las Administraciones Públicas	16.200	14.802	1.398	
Créditos a empresas	7.604	7.604	-	Anticipos de Clientes	628	628	-	
Otros activos financieros	496	496	-					
Periodificaciones a corto plazo	410	377	33	TOTAL PATRIMONIO NETO Y PASIVO	282.763	218.570	65.193	
Efectivo y otros activos líquidos equivalentes-	103.654	99.161	5.493					
Deudores Escisión			1.000					
Tesorería	955	637	318					
Valores representativos de deuda a corto plazo	102.699	98.524	4.175					
TOTAL ACTIVO	282.763	218.570	65.193					



CLASE 8.^a
IMPRESIONES DE ESPAÑA



OK9935611

2. Actividad de la Sociedad

Deloitte Advisory, S.L., es una Sociedad constituida en España de conformidad con la Ley de Sociedades de Capital y como consecuencia del proceso de escisión de la rama de actividades distintas de la auditoría de cuentas de la sociedad Deloitte, S.L. a favor de ésta, que se acordó en la Junta de socios de la mencionada sociedad de fecha 30 de marzo de 2012 y cuyos efectos contables se han retrotraído a 1 de junio de 2011. El objeto de la Sociedad, en cuya realización participan activamente todos sus socios (véase nota 7), consiste en:

- a. Realizar toda clase de trabajos de consultoría, asesoramiento, estudios sectoriales o empresariales y consultoría en el ámbito nacional e internacional tanto en entidades públicas como privadas sobre temas económicos, financieros, contables, sectoriales, de gestión de la empresa y, en general, sobre todos aquellos relacionados con la información, organización y planificación empresarial y de instituciones, incluidos los servicios de consultoría y asesoramiento relativos al diseño y mejora de los procesos de gestión, análisis y estructura de costes, valoración de puestos de trabajo, gestión de recursos humanos, planificación estratégica, gestión de calidad, gestión medioambiental, mejora del conocimiento organizativo, diseño e implantación de sistemas de información, gestión y control de tesorería y derivados financieros, exteriorización de los departamentos de auditoría interna y mejora de su funcionamiento, análisis sobre la viabilidad de las empresas, gestión del riesgo informático y análisis de seguridad en el tratamiento informatizado de datos, o en el tratamiento de información en internet y en su transmisión y comunicación, diseño de sistemas de control interno y para el control de riesgos de todo tipo (financieros, de materias primas, derivados) y análisis financieros.
- b. Efectuar auditorías y asesorías medioambientales y consultoría en gestión de patrimonios y proyectos inmobiliarios, así como auditorías y evaluaciones externas de sistemas de prevención de riesgos laborales.
- c. Realizar actividades de formación empresarial y profesional, así como diseñar, crear, editar y distribuir cursos, manuales, libros, vídeos, software, y en general cualquier producto audiovisual destinado a la formación y desarrollo profesional de directivos, empresarios, empleados y personas relacionadas con el ámbito empresarial.
- d. Prestar toda clase de Servicios en el ámbito de las Tecnologías de la Información y las Comunicaciones, y en concreto: planificación, desarrollo e implantación de sistemas y tecnologías de la información, gestión y operación de la seguridad de la información (incluyendo planes de seguridad y planes de contingencia y recuperación ante desastres); servicios de captura de información por medios electrónicos, informáticos y telemáticos; servicios de desarrollo y mantenimiento de programas de ordenador; servicios de telecomunicaciones; servicios de explotación y control de sistemas informáticos e infraestructuras telemáticas; servicios de certificación electrónica; servicios de evaluación y certificación tecnológica; así como cualesquiera otros servicios informáticos o de telecomunicaciones no incluidos en las categorías anteriores, debiendo entender incluidos en todos los anteriores servicios todas las actividades concretas descritas para el Grupo V en el Anexo II del Real Decreto 1098/2001, de 12 de octubre, por el que se aprueba el Reglamento General de la Ley de Contratos de las Administraciones Públicas.

En el supuesto en que el desarrollo del objeto social requiera la obtención de cualquier tipo de concesión, licencia o autorización administrativa, ésta se obtendrá con carácter previo al inicio de la actividad.

Si las disposiciones legales exigiesen para el ejercicio de algunas actividades comprendidas en el objeto social algún título profesional, o autorización administrativa, o inscripción en registros públicos, dichas actividades deberán realizarse por medio de persona que ostente dicha titulación profesional y, en su caso, no podrán iniciarse antes de que se hayan cumplido los requisitos administrativos exigidos.

Las actividades integrantes del objeto social podrán ser desarrolladas, total o parcialmente, de modo indirecto mediante la titularidad de acciones o participaciones en sociedades de objeto idéntico ó análogo. Quedan excluidas todas aquellas actividades para cuyo ejercicio la Ley exija requisitos que no queden cumplidos por esta Sociedad.

Dichas actividades podrán ser desarrolladas tanto en el ámbito nacional como en el internacional.



CLASE 8.^a

INSTRUMENTO DE REGISTRO



OK9935612

La Sociedad tiene su domicilio social en Plaza Pablo Ruiz Picasso 1, 28020 Madrid y desarrolla sus actividades en:

Barcelona	Avda. Diagonal, 654
Bilbao	C/Ercilla,24
Madrid	Pza. Pablo Ruiz Picasso, 1 Torre Picasso
Las Palmas	C/ Presidente Alvear, 52
San Sebastián	Pza. Julio Caro Baroja,2
Sta. Cruz de Tenerife	Avda. Bravo Murillo,5, Edif. Mapfre
Valencia	Avda. de Aragón, 30 Ed. Europa

La Sociedad es cabecera de un grupo de sociedades siendo esta Sociedad la que formula estados financieros consolidados. Las cuentas anuales consolidadas del Grupo Deloitte Advisory del ejercicio 2012 han sido formuladas en plazo por el Consejo de Administración, serán sometidas a la aprobación de la Junta de Socios y se estima que serán aprobadas sin modificación alguna.

3. Bases de presentación de las cuentas anuales

3.1 Marco normativo de información financiera

Estas cuentas anuales han sido formuladas por el Consejo de Administración de acuerdo con el marco normativo de información financiera aplicable a la Sociedad, que es el establecido en:

- a) Código de comercio y restante legislación mercantil.
- b) El Real Decreto 1514/2007 por el que se aprueba el Plan General de Contabilidad.
- c) Las normas de obligado cumplimiento aprobadas por el Instituto de Contabilidad y Auditoría de Cuentas en desarrollo del Plan General de Contabilidad y sus normas complementarias.
- d) El resto de la normativa contable española que resulte de aplicación.

3.2 Imagen fiel

Las cuentas anuales han sido obtenidas de los registros contables de la Sociedad y se presentan de acuerdo con el marco normativo de información financiera que le resulta de aplicación a la Sociedad y, en particular con los principios y normas contables en él contenidos, de forma que muestran la imagen fiel de su patrimonio, de su situación financiera, de los resultados de la Sociedad y de los flujos de efectivo habidos durante el correspondiente ejercicio.

Estas cuentas anuales, que han sido formuladas por el Consejo de Administración, serán sometidas a la aprobación de la Junta de Socios y se estima que serán aprobadas sin modificación alguna.



CLASE 8.ª



OK9935613

3.3 Aspectos críticos de la valoración y estimación de las incertidumbres

En la elaboración de las cuentas anuales adjuntas se han utilizado estimaciones realizadas por los Administradores de la Sociedad para valorar algunos de los activos, pasivos, ingresos, gastos y compromisos que figuran registrados en ellas.

Básicamente estas estimaciones se refieren a:

- La evaluación de posibles pérdidas por deterioro de determinados activos (véase Nota 4.2.1).
- La vida útil de los activos materiales (véase Nota 4.1).
- El cálculo de provisiones (véase Nota 4.6).

A pesar de que estas estimaciones se han realizado sobre la base de la mejor información disponible al cierre del ejercicio 2012, es posible que acontecimientos que puedan tener lugar en el futuro obliguen a modificarlas (al alza o a la baja) en los próximos ejercicios, lo que se realizaría, en su caso, de forma prospectiva.

3.4 Comparación de la información

Al ser este el primer ejercicio en el que se presentan cuentas anuales de la Sociedad no existen datos comparativos.

3.5 Agrupación de partidas

Determinadas partidas del balance, de la cuenta de pérdidas y ganancias, del estado de cambios en el patrimonio neto y del estado de flujos de efectivo se presentan de forma agrupada para facilitar su comprensión, si bien, en la medida en que sea significativa, se ha incluido la información desagregada en las correspondientes notas de la memoria.

4. Normas de registro y valoración

Las principales normas de registro y valoración utilizadas por la Sociedad en la elaboración de sus cuentas anuales del ejercicio terminado el 31 de mayo de 2012, de acuerdo con las establecidas por el Plan General de Contabilidad, han sido las siguientes:

4.1 Inmovilizado material

El inmovilizado material, con independencia del recibido en el proceso de escisión, se valora inicialmente por su precio de adquisición y posteriormente se minora por la correspondiente amortización acumulada y las pérdidas por deterioro, si las hubiera.

Al cierre de cada ejercicio y siempre que existan indicios de pérdida de valor, la Sociedad procede a estimar mediante el denominado "test de deterioro" la posible existencia de pérdida de valor que reduzca el valor recuperable de dichos activos a un importe inferior al de su valor en libros.

Los gastos de conservación y mantenimiento de los diferentes elementos que componen el inmovilizado material se imputan a la cuenta de pérdidas y ganancias del ejercicio en que se incurren. Por el contrario, los importes



CLASE 8.^a



OK9935614

invertidos en mejoras que contribuyen a aumentar la capacidad o eficiencia o a alargar la vida útil de dichos bienes se registran como mayor coste de los mismos.

La Sociedad amortiza el inmovilizado material siguiendo el método lineal, aplicando porcentajes de amortización anual calculados en función de los años de vida útil estimada de los respectivos bienes.

Los coeficientes que aplica la Sociedad son:

Elemento del Inmovilizado Material	Coficiente de Amortización
Instalaciones eléctricas	8%
Instalación de equipos de telecomunicaciones	12%
Instalación de equipos de seguridad, detección y extinción de incendios	12%
Otras instalaciones	10%
Máquinas copiadoras y reproductoras	15%
Otro mobiliario y equipo	10%

4.2 Instrumentos financieros

4.2.1. Activos financieros

Clasificación

Los activos financieros de la Sociedad se clasifican en las siguientes categorías:

- Préstamos y partidas a cobrar: activos financieros originados en la venta de bienes o en la prestación de servicios por operaciones de tráfico de la empresa, o los que no teniendo un origen comercial, no son instrumentos de patrimonio ni derivados y cuyos cobros son de cuantía fija o determinable y no se negocian en un mercado activo.
- Inversiones en el patrimonio de empresas del Grupo y asociadas: se consideran empresas del Grupo aquellas vinculadas con la Sociedad por una relación de control, y empresas asociadas aquellas sobre las que la Sociedad ejerce una influencia significativa.

Valoración inicial

Los activos financieros distintos de los aportados en el proceso de escisión (nota 1), se registran inicialmente al valor razonable de la contraprestación entregada más los costes de la transacción que sean directamente atribuibles.

En el caso de inversiones en el patrimonio de empresas del grupo que otorgan control sobre la sociedad dependiente, los honorarios abonados a asesores legales u otros profesionales relacionados con la adquisición de la inversión se imputan directamente a la cuenta de pérdidas y ganancias.



CLASE 8.^a



OK9935615

Valoración posterior

Los préstamos y partidas a cobrar se valoran por su coste amortizado, neto de deterioros.

Las inversiones en empresas del Grupo y asociadas se valoran por su coste, minorado, en su caso, por el importe acumulado de las correcciones valorativas por deterioro. Dichas correcciones se calculan como la diferencia entre su valor en libros y el importe recuperable, entendido éste como el mayor importe entre su valor razonable menos los costes de venta y el valor actual de los flujos de efectivo futuros derivados de la inversión. Salvo mejor evidencia del importe recuperable, se toma en consideración el patrimonio neto de la entidad participada, corregido por las plusvalías tácitas existentes en la fecha de la valoración (incluyendo el fondo de comercio, si lo hubiera).

Al menos al cierre del ejercicio la Sociedad realiza un test de deterioro para los activos financieros que no estén registrados a valor razonable. Se considera que existe evidencia objetiva de deterioro si el valor recuperable del activo financiero es inferior a su valor en libros. Cuando se produce, el registro de este deterioro se registra en la cuenta de pérdidas y ganancias.

En particular, y respecto a las correcciones valorativas relativas a los deudores comerciales y otras cuentas a cobrar, el criterio utilizado por la Sociedad para calcular las correspondientes correcciones valorativas, es un sistema individualizado de seguimiento de saldos de clientes y deudores.

La Sociedad da de baja los activos financieros cuando expiran o se han cedido los derechos sobre los flujos de efectivo del correspondiente activo financiero y se han transferido sustancialmente los riesgos y beneficios inherentes a su propiedad.

4.2.2. Pasivos financieros

Son pasivos financieros aquellos débitos y partidas a pagar que tiene la Sociedad y que se han originado en la compra de bienes y servicios por operaciones de tráfico de la empresa, o también aquellos que sin tener un origen comercial, no pueden ser considerados como instrumentos financieros derivados.

Los débitos y partidas a pagar se valoran inicialmente al valor razonable de la contraprestación recibida, ajustada por los costes de la transacción directamente atribuibles. Con posterioridad, dichos pasivos se valoran de acuerdo con su coste amortizado.

4.3 Transacciones en moneda extranjera

La moneda funcional utilizada por la Sociedad es el euro. Consecuentemente, las operaciones en otras divisas distintas del euro se consideran denominadas en moneda extranjera y se registran según los tipos de cambio vigentes en las fechas de las operaciones.

Al cierre del ejercicio, los activos y pasivos monetarios denominados en moneda extranjera se convierten aplicando el tipo de cambio en la fecha del balance de situación. Los beneficios o pérdidas puestos de manifiesto se imputan directamente a la cuenta de pérdidas y ganancias del ejercicio en que se producen.

4.4 Impuesto sobre Beneficios

El gasto o ingreso por Impuesto sobre Beneficios comprende la parte relativa al gasto o ingreso por el impuesto corriente y la parte correspondiente al gasto o ingreso por impuesto diferido.



CLASE 8.^a



OK9935616

El impuesto corriente es la cantidad que la Sociedad satisface como consecuencia de las liquidaciones fiscales del impuesto sobre el beneficio relativas a un ejercicio. Las deducciones y otras ventajas fiscales en la cuota del impuesto, excluidas las retenciones y pagos a cuenta, así como las pérdidas fiscales compensables de ejercicios anteriores y aplicadas efectivamente en éste, dan lugar a un menor importe del impuesto corriente.

El gasto o el ingreso por impuesto diferido se corresponde con la cancelación y el reconocimiento de los activos y pasivos por impuesto diferido, respectivamente. Estos incluyen las diferencias temporarias que se identifican como aquellos importes que se prevén pagaderos o recuperables derivados de las diferencias entre los importes en libros de los activos y pasivos y su valor fiscal. Dichos importes se registran aplicando a la diferencia temporaria o crédito que corresponda el tipo de gravamen al que se espera recuperarlos o liquidarlos.

Se reconocen pasivos por impuestos diferidos para todas las diferencias temporarias imponibles, excepto aquellas derivadas del reconocimiento inicial de fondos de comercio o de otros activos y pasivos en una operación que no afecta ni al resultado fiscal ni al resultado contable y no es una combinación de negocios.

Por su parte, los activos por impuestos diferidos sólo se reconocen en la medida en que se considere probable que la Sociedad vaya a disponer de ganancias fiscales futuras contra las que poder hacerlos efectivos.

En cada cierre contable se reconsideran los activos por impuestos diferidos registrados, efectuándose las oportunas correcciones a los mismos en la medida en que existan dudas sobre su recuperación futura. Asimismo, en cada cierre se evalúan los activos por impuestos diferidos no registrados en balance y éstos son objeto de reconocimiento en la medida en que pase a ser probable su recuperación con beneficios fiscales futuros.

4.5 Ingresos y gastos

Los ingresos y gastos se imputan en función del criterio del devengo, es decir, cuando se produce la corriente real de bienes y servicios que los mismos representan, con independencia del momento en que se produzca la corriente monetaria o financiera derivada de ellos.

Los servicios profesionales y gastos incurridos por cuenta de clientes pendientes de ser facturados se valoran por el método del grado de avance, incluyendo las provisiones necesarias, en su caso, para ajustar al valor de realización. Se incluyen en el epígrafe "Clientes por ventas y prestaciones de servicios" del balance de situación.

Adicionalmente, los servicios profesionales facturados anticipadamente a su prestación son considerados en su totalidad como anticipos recibidos de clientes y se clasifican dentro del epígrafe "Acreedores varios" del balance de situación.

Los intereses recibidos de activos financieros se reconocen utilizando el método del tipo de interés efectivo del instrumento y los dividendos, cuando se declara el derecho del partícipe a recibirlos. En cualquier caso, los intereses y dividendos de activos financieros devengados con posterioridad al momento de la adquisición se reconocen como ingresos en la cuenta de pérdidas y ganancias.

4.6 Provisiones y contingencias

Tienen por objeto cubrir gastos, pérdidas o posibles deudas, originadas en el ejercicio o en anteriores, que están claramente especificadas y que en la fecha de cierre del ejercicio son probables o ciertas pero indeterminadas en cuanto a su cuantía o en la fecha en que se producirán.

Las dotaciones a esta cuenta se realizan de acuerdo con las mejores estimaciones del devengo anual o al nacimiento de la responsabilidad o de la obligación que determinará la indemnización o pago.



CLASE 8.^a



OK9935617

4.7 Indemnizaciones por despido

De acuerdo con la legislación vigente, la Sociedad está obligada al pago de indemnizaciones a aquellos empleados con los que, bajo determinadas condiciones, rescinda sus relaciones laborales. Por tanto, las indemnizaciones por despido susceptibles de cuantificación razonable se registran como gasto en el ejercicio en el que se adopta la decisión del despido.

4.8 Elementos patrimoniales de naturaleza medioambiental

La actividad de la Sociedad, por su naturaleza, no tiene un impacto medioambiental significativo.

4.9 Subvenciones, donaciones y legados

Subvenciones de explotación: Se abonan a resultados en el momento en que se conceden excepto si se destinan a financiar déficit de explotación de ejercicios futuros, en cuyo caso se imputarán en dichos ejercicios. Si se conceden para financiar gastos específicos, la imputación se realizará a medida que se devenguen los gastos financiados.

4.10 Combinaciones de negocios

Los criterios de valoración aplicados son los indicados en la nota 1.

4.11 Negocios conjuntos

Debido a su inmaterialidad, la Sociedad contabiliza su inversión en la Unión Temporal de Empresas (UTE) registrando en su balance las aportaciones a las UTE valoradas a coste y la parte proporcional que le corresponde, en función de su porcentaje de participación, de los resultados de cada ejercicio hasta el límite del valor de la inversión.

4.12 Transacciones con vinculadas

La Sociedad realiza todas sus operaciones con vinculadas a precio de mercado.

4.13 Partidas corrientes y no corrientes

Se consideran activos corrientes aquellos vinculados al ciclo normal de explotación que con carácter general se considera de un año. También, aquellos otros activos cuyo vencimiento, enajenación o realización se espera que se produzca en el corto plazo desde la fecha de cierre del ejercicio; Los activos financieros mantenidos para negociar, con la excepción de los derivados financieros cuyo plazo de liquidación sea superior al año; y el efectivo y otros activos líquidos equivalentes. Los activos que no cumplen estos requisitos se califican como no corrientes.

Del mismo modo, son pasivos corrientes los vinculados al ciclo normal de explotación, los pasivos financieros mantenidos para negociar, con la excepción de los derivados financieros cuyo plazo de liquidación sea superior al año, y en general todas las obligaciones cuyo vencimiento o extinción se producirá en el corto plazo. En caso contrario, se clasifican como no corrientes.



CLASE 8.^a



OK9935618

5. Inmovilizado material

El movimiento habido en este epígrafe del balance de situación en el ejercicio terminado el 31 de mayo de 2012 ha sido el siguiente:

Ejercicio 2012

	Miles de Euros				
	Escisión rama de actividad (Nota 1)	Entradas	Dotación	Otros movimientos	Saldo Final
Coste:					
Otras instalaciones	10.546	1.178	-	137	11.861
Mobiliario	3.743	274	-	(204)	3.813
Total coste	14.289	1.452	-	(67)	15.674
Amortizaciones:					
Otras instalaciones	5.798	-	1.024	108	6.714
Mobiliario	2.299	-	297	105	2.491
Total amortización	8.097	-	1.321	213	9.205
Deterioros:					
Otras instalaciones	11	-	-	-	11
Total deterioro	11	-	-	-	11
Total inmovilizado material:					
Coste	14.289				15.674
Amortizaciones	(8.097)				(9.205)
Deterioros	(11)				(11)
Total neto	6.181				6.458

La política de la Sociedad es formalizar pólizas de seguros para cubrir los posibles riesgos a que están sujetos los diversos elementos de su inmovilizado material. No existe déficit de cobertura alguno relacionado con dichos riesgos.



CLASE 8.^a



OK9935619

6. Instrumentos financieros (largo y corto plazo)

6.1 Activos financieros en empresas del grupo a largo plazo

Como parte de los activos financieros a largo plazo recibidos en la escisión se encuentran los siguientes préstamos participativos, a tipo de interés variable (EURIBOR anual + 10%) con un límite máximo anual de intereses equivalente al resultado positivo de las sociedades respectivas antes de costes financieros.

Estos préstamos tienen un vencimiento anual con prórrogas anuales automáticas salvo denuncia por escrito de cualquiera de las partes con una antelación mínima de quince días.

	Miles de Euros			
	Nominal	Dispuesto	Provisión por deterioro	Intereses (a)
Asesores de Infraestructuras, S.L.U.	650	650	136	80
Constantin Expertos, S.A.U.	50	50	-	-
Daemon Quest, S.A.	800	800	-	-
Total	1.500	1.500	136	80

(a) Al cierre del ejercicio 2012 se han calculado intereses por el préstamo participativo con la sociedad Asesores de Infraestructuras, S.L.U. en función del resultado positivo obtenido por esta en el ejercicio 2012. Esta provisión está registrada en el epígrafe "Activos financieros en empresas del grupo a corto plazo" (véase Nota 6.4).

6.2 Activos financieros a corto plazo en entidades no vinculadas

El saldo de las cuentas incluidas en este apartado al cierre del ejercicio 2012 es el siguiente:

Categorías	Clases	Miles de Euros
		Créditos, Derivados y Otros
		2012
Préstamos y partidas a cobrar:		
Clientes por ventas y prestación de servicios		48.155
Deudores varios		156
Personal		13
Total		48.324

6.3 Inversiones en empresas del Grupo a largo plazo

La información relacionada con las empresas del Grupo y asociadas al cierre del ejercicio 2012 es la siguiente:



CLASE 8.^a



OK9935620

Grupo	Miles de Euros									
	%		Patrimonio Neto				Dividendos Recibidos	Valor en Libros		
	Directa	Indirecta	Capital	Resultado	Otro patrimonio	Total patrimonio		Coste	Deter. Ejercic	Deter. Acumul.
Deloitte Consulting, S.L.U. Plaza Pablo Ruiz Picasso,1 28020 Madrid Prestación de servicios de consultoría de toda índole en materias de organización, gestión formación, sistemas informáticos y estratégicos	100	-	1.808	2.981	(2.620)	2.169	2.981	285	-	-
Deloitte Asesores Tributarios, S.L.U. Plaza Pablo Ruiz Picasso,1 28020 Madrid Asesoramiento tributario, asesoría o consultoría científica, enseñanza.	100	-	136	-	33	169	-	136	-	-
Deloitte Corporate Finance, S.L.U. Plaza Pablo Ruiz Picasso,1 28020 Madrid Asesoramiento financiero, empresarial y de negocios, realización de estudios económicos y financieros.	100	-	1.157	-	86	1.243	-	1.157	-	-
Servicios Generales de Gestión, S.L.U. Plaza Pablo Ruiz Picasso,1 28020 Madrid Prestación de servicios de asesoramiento, admón. y gestión empresarial.	100	-	684	-	176	860	-	683	-	-
DxD Applications & IT Solutions, S.L.U. (DxD) Plaza Pablo Ruiz Picasso,1 28020 Madrid Prestación de servicios de asesoramiento, admón. y gestión empresarial	-	100	904	301	(120)	1.085	-	-	-	-
PM&S Recursos, S.L.U. Plaza Pablo Ruiz Picasso,1 28020 Madrid Prestación de servicios de asesoramiento, admón. y gestión empresarial.	-	100	3.756	270	614	4.640	-	-	-	-
Constantin Expertos, S. A. U. Plaza Pablo Ruiz Picasso,1 28020 Madrid Prestación de servicios de auditoría, admón. y asesoría empresarial.	-	100	65	2	(34)	33	-	-	-	-
Asesores de Infraestructuras, S.L.U. Plaza Pablo Ruiz Picasso,1 28020 Madrid Prestación de servicios financieros.	100	-	75	69	(509)	(365)	-	1.038	-	787
Equipo de Técnicos en Transporte y Territorio, S.A.U. (ETT) Plaza Pablo Ruiz Picasso,1 28020 Madrid Realización de estudios de ingeniería, relacionados con el urbanismo, transporte y territorio.	100	-	60	(279)	1.759	1.540	-	1.789	249	249
Daemon Quest Participaciones, S.L.	-	100	4	(3)	(1)	-	-	-	-	-
D.Q. Peso y Mombiedro, S.L.	-	100	4	(1)	(1)	2	-	-	-	-
Daemon Quest,S.A.	-	100	69	(1.130)	50	(1.013)	-	-	-	-
Daemon Quest Latam S.A. de C.V.	-	100	301	762	(646)	417	-	-	-	-
D.C.Mexico HoldCo LLC UTE's	-	12,075	34.99	n/d	n/d	n/d	-	7	2	2
Total							2.981	5.095	251	1.038



CLASE 8.^a



OK9935621

La Sociedad ha registrado en el ejercicio terminado en 2012 ingresos por dividendos percibidos de la sociedad Deloitte Consulting, S.L.U. por importe de 2.981.000 euros (Nota 13.1).

6.4 Activos financieros en empresas del grupo a corto plazo

A 31 de mayo de 2012 la Sociedad tiene concedidos créditos a corto plazo a empresas del Grupo con vencimiento anterior a un año (Nota 6.1) remunerados a tipos de mercado. Los intereses generados en el ejercicio han ascendido a 80 miles de euros.

6.5 Efectivo y otros activos líquidos equivalentes

En este epígrafe se incluyen las inversiones que la Sociedad hace de sus excedentes de tesorería en colocaciones de Deuda Pública a corto plazo y que son contabilizadas a coste, lo cual coincide prácticamente con su valor razonable.

6.6 Información sobre naturaleza y nivel de riesgo de los instrumentos financieros

La gestión de los riesgos financieros de la Sociedad está centralizada en la Dirección Financiera, la cual tiene establecidos los mecanismos necesarios para controlar la exposición a las variaciones en los tipos de interés y tipos de cambio, así como a los riesgos de crédito y liquidez. A continuación se indican los principales riesgos financieros que impactan a la Sociedad:

a. Riesgo de crédito:

La Sociedad mantiene su riesgo crediticio en entidades de elevada solvencia y no existe una concentración significativa del riesgo de crédito con terceros.

b. Riesgo de liquidez:

Con el fin de asegurar la liquidez y poder atender todos los compromisos de pago que se derivan de su actividad, la Sociedad dispone de la tesorería que muestra su balance, así como de la línea crediticia y de financiación que se detalla en la Nota 12.4.

7. Patrimonio neto y fondos propios

El capital social de la Sociedad asciende a 1.820.251 euros, representado por participaciones sociales totalmente suscritas y desembolsadas de acuerdo a la siguiente clasificación:



CLASE 8.^a



OK9935622

Clase	2012	
	Nº	Importe (Euros)
A	69	922.869
B	18	733
C	67	896.120
D	13	529
Total	167	1.820.251

Ningún socio posee una participación igual o superior al 10% del capital social de la Sociedad.

Todos los socios están obligados al cumplimiento de determinadas prestaciones accesorias comunes: deber de confidencialidad, no incurrir en conflicto de intereses, no constituir prenda sobre las participaciones, etc. Adicionalmente, los socios profesionales están obligados al cumplimiento de determinadas prestaciones accesorias específicas: realización de actividades profesionales de la Sociedad, dedicación a la misma, financiación a la Sociedad, etc. Estas prestaciones accesorias específicas tienen carácter retribuido y son facturadas por los socios a la Sociedad, registrándose este gasto dentro del epígrafe "Servicios Exteriores" de la cuenta de pérdidas y ganancias.

7.1 Reserva legal

Según el artículo 274 de la Ley de Sociedades de Capital, la Sociedad está obligada a dotar una cifra igual al 10% del beneficio del ejercicio hasta que ésta alcance al menos el 20% del Capital Social. La Reserva Legal solo podrá utilizarse para aumentar el capital social. Salvo para la finalidad mencionada anteriormente y mientras que no supere el mínimo indicado esta reserva solo podrá destinarse a la compensación de pérdidas en el caso de que no existan otras reservas disponibles suficientes para este fin.

Al cierre del ejercicio terminado el 31 de mayo de 2012, la reserva legal se encuentra dotada en un 14,01%.

8. Deudas a largo y corto plazo

8.1 Pasivos financieros a largo plazo

El saldo de las cuentas del epígrafe "Deudas a largo plazo" al cierre del ejercicio 2012 corresponde a la financiación concedida por determinados Socios profesionales a la Sociedad mediante préstamos participativos.

De acuerdo con los términos establecidos en el Real Decreto Ley 7/96, los préstamos participativos se situarán después de los acreedores comunes y tendrán la consideración de patrimonio contable. Sólo podrán devolverse a su vencimiento, siendo éste la fecha de separación del socio de la Sociedad. El tipo de interés de estos préstamos está condicionado a las operaciones de la Sociedad.

El gasto por intereses que genera esta financiación se clasifica dentro del epígrafe "Gastos financieros" de la cuenta de pérdidas y ganancias, y el pasivo se encuentra registrado en el epígrafe "Deudas a corto plazo" del pasivo del balance.



CLASE 8.^a



OK9935623

8.2 Pasivos financieros a corto plazo entidades no vinculadas

El saldo de las cuentas incluidas en este apartado al cierre del ejercicio 2012 es el siguiente:

Categorías	Clases	Miles de Euros
		Derivados y Otros
		2012
Débitos y partidas a pagar:		
Proveedores		406
Acreedores varios		28.513
Personal (a)		11.453
Total		40.372

- (a) En este apartado se incluyen los importes de las remuneraciones ordinarias pendientes, la parte devengada de las pagas extras y vacaciones y las retribuciones variables pendientes de pago al cierre de los ejercicios.

8.3 Información sobre los aplazamientos de pago efectuados a proveedores. Disposición adicional tercera. "Deber de información" de la Ley 15/2010, de 5 de julio.

El plazo máximo legal de pago aplicable a la Sociedad según la Ley 3/2004, de 29 de diciembre, por la que se establecen medidas de lucha contra la morosidad en las operaciones comerciales y conforme a las disposiciones transitorias establecidas en la Ley 15/2010, de 5 de julio, es de 85 días entre la fecha de entrada en vigor de la Ley y hasta el 31 de diciembre de 2011 y posteriormente, es de 75 días entre el 1 de enero de 2012 y hasta el 31 de mayo de 2012.

Debido a que los efectos jurídicos de la escisión tienen lugar el 1 de junio de 2012 esta normativa no le ha sido de aplicación a la Sociedad en 2012.

9. Administraciones Públicas y situación fiscal

La Sociedad tributa por Impuesto sobre Sociedades a partir del ejercicio iniciado el 1 de junio de 2012, inicio del ejercicio que constituirá su primer periodo impositivo.

9.1 Activos por impuesto diferido registrados

Los activos y pasivos por impuesto diferido han sido registrados en el balance de situación por considerar los Administradores de la Sociedad que, conforme a la mejor estimación sobre los resultados futuros de la Sociedad, dichos activos serán recuperados.

La Sociedad ha registrado en el ejercicio 2012 como consecuencia de la escisión, 485 miles de euros en Impuesto sobre beneficios anticipado en el epígrafe "Activos por impuesto diferido" del activo del balance.



CLASE 8.^a



OK9935624

9.2 Pasivos por impuesto diferido registrados

El detalle del saldo de esta cuenta al cierre del ejercicio 2012 es el siguiente:

	Miles de Euros
	2012
Libertad de amortización (RD13/2010)	252
Total pasivos por impuesto diferido	252

10. Moneda extranjera

El detalle de los saldos y transacciones en moneda extranjera más significativas, valorados al tipo de cambio de cierre, al cierre del ejercicio 2012, es el siguiente:

	Miles de Euros
	2012
Cuentas a cobrar	665
Servicios prestados	1.016

11. Ingresos y gastos

11.1 Importe neto de la cifra de negocios

La distribución de los ingresos obtenidos por la Sociedad correspondientes a prestaciones de servicios profesionales por mercados geográficos en el ejercicio 2012 es la siguiente:

	Miles de Euros
	2012
España	89.453
Fuera de España	11.788
Total	101.241

11.2 Pérdidas por deterioro de operaciones comerciales

La variación de las pérdidas por deterioro de créditos incobrables incluidas en el epígrafe "Otros gastos de explotación" de la cuenta de pérdidas y ganancias al cierre del ejercicio 2012 es la siguiente:



CLASE 8.^a



OK9935625

	Miles de Euros
	2012
Dotación año	1.169
Recuperación de deterioro de clientes de dudoso cobro durante el año	(709)
Total	460

12.-Operaciones y saldos con partes vinculadas

12.1 Saldos con vinculadas

Conforme se indica en la Nota 1, la Sociedad forma parte de un Grupo de sociedades. El detalle de los saldos con las sociedades del Grupo (resto) y vinculadas (Deloitte, S.L.) al cierre del ejercicio 2012 es el siguiente:

Ejercicio 2012

	Miles de Euros		
	Deudores Comerciales	Acreedores Comerciales	Inversiones empresas grupo
Deloitte, S.L.	-	14.139	-
Asesores de Infraestructuras, S.L.U.	-	-	80
Deloitte Consulting, S.L.U.	2.981	-	-
Total	2.981	14.139	80

12.2 Operaciones con vinculadas

Debido a que los efectos jurídicos de la escisión han tenido lugar el 1 de junio de 2012, las operaciones con las entidades del Grupo y vinculadas han sido realizadas por la sociedad escindida Deloitte, S.L. y no por la Sociedad.

12.3 Retribuciones al Consejo de Administración

El cargo de Administrador de la Sociedad no contempla retribución específica alguna.

Los Administradores actuales de la Sociedad mantienen los siguientes vínculos con entidades de igual, análogo ó complementario objeto social:

-Emilio Seisdedos Fdez. del Pino: Socio de Deloitte, S.L. y de L.Constantin, S.L.

-Fernando Ruiz Ruiz : Consejero y socio de Deloitte, S.L.



CLASE 8.^a



OK9935626

-Juan Luis Diez Calleja: Socio de Deloitte, S.L.

12.4 Estructura financiera

La política financiera de la Sociedad y del Grupo es autofinanciarse.

13. Información sobre el medio ambiente

La Sociedad, dadas las actividades a las que se dedica, no tiene registrados gastos, activos, provisiones, ni contingencias ni responsabilidades de naturaleza medioambiental que pudieran ser significativas en relación con el patrimonio, la situación financiera y los resultados de la misma. Por este motivo, no se incluyen desgloses específicos en la presente memoria de las cuentas anuales respecto a la información de cuestiones medioambientales.

14. Otra información

14.1 Personal

El número medio de personas empleadas durante el ejercicio 2012 tiene la siguiente clasificación:

	Número Medio de Empleados
	2012
Ingenieros y Licenciados	638
Ingenieros Técnicos y Ayudantes titulados	28
Jefes Administrativos	9
Oficiales Administrativos	7
Auxiliares Administrativos	45
	727

El número de personas empleadas a 31 de mayo de 2012 desglosado por género es el siguiente:

	Hombres	Mujeres
	2012	2012
Ingenieros y Licenciados	421	229
Ingenieros Técnicos y Ayudantes titulados	20	9
Jefes Administrativos	15	3
Oficiales Administrativos	3	4
Auxiliares Administrativos	2	43
	461	288



CLASE 8.^a



OK9935627

14.2 Honorarios de auditoría

En el epígrafe de Servicios Exteriores de la cuenta de pérdidas y ganancias adjunta se recogen los honorarios relativos a servicios de auditoría de cuentas de la Sociedad.

Durante los ejercicios 2012, los honorarios relativos a los servicios de auditoría de cuentas y a otros servicios prestados por el auditor de la Sociedad, han sido los siguientes:

	Miles de Euros
	2012
Lillo, Auditores Asociados, S.L.	16

15. Acuerdo con Deloitte Touche Tohmatsu Limited

La Sociedad tiene un acuerdo con la Organización Internacional Deloitte Touche Tohmatsu Limited, que implica, la aportación de metodologías, utilización del nombre, etc. En reciprocidad, la Sociedad contribuye a los costes de la Organización Internacional Deloitte Touche Tohmatsu Limited.



CLASE 8.^a



OK9935628

Deloitte Advisory, S.L.

Informe de Gestión
correspondiente al ejercicio anual terminado el
31 de mayo de 2012

Evolución de los negocios y situación de la Sociedad

La Sociedad se constituyó a raíz de la Junta de socios de Deloitte, S.L. celebrada el 30 de marzo de 2012, con el objetivo de separar las actividades de no auditoría de aquella y, a su vez, agrupar, bajo una única entidad jurídica, organizativa y de gestión, todas estas actividades.

Durante el ejercicio terminado el 31 de mayo de 2012, las líneas profesionales a las que ha dado cobijo la Sociedad han potenciado el lanzamiento de nuevas actividades y la captación de nuevos clientes. No existen riesgos adicionales a los propios derivados de la actividad de la sociedad.

Acontecimientos importantes ocurridos después del cierre del ejercicio

Desde el 31 de mayo de 2012 hasta la fecha de formulación de las cuentas anuales no se han producido hechos significativos que afecten a las cuentas anuales.

Evolución previsible de la Sociedad

Gracias a la confianza depositada en la misma por sus clientes y a la calidad de sus profesionales, se espera continuar el desarrollo positivo de sus ingresos y operaciones en los próximos ejercicios.

Actividades en materia de Investigación y Desarrollo

Durante el ejercicio terminado el 31 de mayo de 2012 la Sociedad ha potenciado la utilización y el desarrollo de nuevas metodologías y diseño de servicios en el marco de la estrategia de anticiparse a las necesidades de los clientes.

Participaciones propias

Durante el ejercicio la Sociedad no ha efectuado operaciones con participaciones propias.

Uso de instrumentos financieros

Al 31 de mayo de 2012, la Sociedad no tiene planteadas situaciones de riesgo financiero por lo que no tiene instrumentos financieros al respecto.

Formulación de las Cuentas Anuales por el Consejo de Administración

Las presentes cuentas anuales, integradas por, el balance de situación, la cuenta de pérdidas y ganancias, el estado de cambios en el patrimonio neto, el estado de flujos de efectivo, la memoria y el informe de gestión del ejercicio terminado el 31 de mayo de 2012 de Deloitte Advisory, S.L. han sido formuladas por el Consejo de Administración el 31 de agosto de 2012. El balance, la cuenta de pérdidas y ganancias, el estado de cambios en el patrimonio, el estado de flujos de efectivo, la memoria y el informe de gestión, están extendidos en 23 folios, páginas de la 0K9935606 a la 0K9935628, firmando ésta última todos los Consejeros y el Secretario del Consejo .

Madrid, 31 de agosto 2012



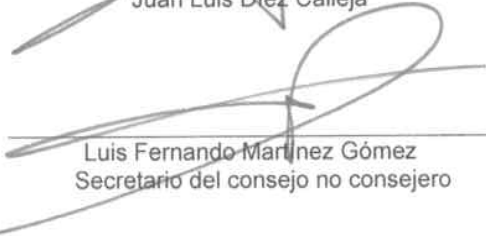
Emilio Seisdedos Fdez. del Piro



Fernando Ruiz Ruiz



Juan Luis Díez Calleja



Luis Fernando Martínez Gómez
Secretario del consejo no consejero